



UNILAB

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARCELO LENZ LOPES

**A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO
LEGISLATIVA DE MARIELLE FRANCO NO RIO DE JANEIRO (2017-2018)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

MARCELO LENZ LOPES

**A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO
LEGISLATIVA DE MARIELLE FRANCO NO RIO DE JANEIRO (2017-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como requisito do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, com orientação do Prof. Dr. Cláudio André de Souza.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

L854r

Lopes, Marcelo Lenz.

A representatividade da mulher negra : um estudo da produção legislativa de Marielle Franco no Rio de Janeiro (2017-2018) / Marcelo Lenz Lopes. - 2019.

72 f. : il.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio André de Souza.

1. Ativistas políticas negras - Rio de Janeiro (RJ). 2. Mulheres na política - Rio de Janeiro (RJ). 3. Negras - Na comunicação de massa. I. Silva, Marielle Francisco da - Carreira na política. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 305.4808153

MARCELO LENZ LOPES

**A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO
LEGISLATIVA DE MARIELLE FRANCO NO RIO DE JANEIRO (2017-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como requisito do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, com orientação do Prof. Dr. Cláudio André de Souza.

Data de aprovação: 27/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio André de Souza (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Clarisse Goulart Paradis

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

“Sabe qual é o negro mais bonito do mundo? É aquele que tem consciência de suas raízes, de suas origens culturais. É aquele que tem a atitude de quem sabe que é ele mesmo, e não um outro determinado pelo poder branco.”

Lélia Gonzalez (1935-1994)

RESUMO

Esta monografia debruçou-se sobre os pronunciamentos da vereadora da cidade do Rio de Janeiro Marielle Franco, vítima de assassinato político. Foi feita uma contextualização da história da política brasileira com a narração dos principais acontecimentos da democracia a partir do processo de redemocratização. Partiu dos conceitos de democracia, representação e participação, interseccionando-os de modo a gerar problemáticas para um estudo a respeito da democracia brasileira. Como metodologia se utilizou a pesquisa bibliográfica, sites sobre publicidade e dados da política, como também documentários, entrevistas e vídeos de campanha. Adotou-se os estudos de categorização de temas na política de corrente norte-americana de hard politics, middle politics e soft politics (MIGUEL; FEITOSA, 2009). Constatou-se sobre a importância da reflexão dos papéis de gênero que são reproduzidos no ambiente político oficial. Foi possível através deste trabalho, a percepção de que a mulher negra não pode continuar sendo negligenciada na política e que se faz urgente a mudança de paradigmas de gênero.

Palavras-chave: Ativistas políticas negras - Rio de Janeiro (RJ). Mulheres na política - Rio de Janeiro (RJ). Negras - Na comunicação de massa. Silva, Marielle Francisco da - Carreira na política.

ABSTRACT

This monograph focused on the pronouncements of Rio de Janeiro city councilwoman Marielle Franco, the victim of political murder. A contextualization of the history of Brazilian politics was made with the narration of the main events of democracy from the process of redemocratization. I started from the concepts of democracy, representation and participation, intersecting them in order to generate problems for a study about Brazilian democracy. The methodology used was bibliographic research, websites about advertising and policy data, as well as documentaries, interviews and campaign videos. Thematic categorization studies were adopted in the North American current politics of hard politics, middle politics and soft politics (MIGUEL; FEITOSA, 2009). It was noted the importance of reflecting on gender roles that are reproduced in the official political environment. It was possible through this work, the perception that black women cannot continue to be neglected in politics and that the change of gender paradigms is urgent.

Keywords: Black women - In mass communication. Black women political activists - Rio de Janeiro (RJ). Silva, Marielle Francisco da - Career in politics. Women in politics - Rio de Janeiro (RJ).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS	10
1.2	TEORIA DEMOCRÁTICA: UM DEBATE PRELIMINAR SOBRE PARTICIPAÇÃO VERSUS REPRESENTAÇÃO	11
2	MOVIMENTOS SOCIAIS, REPRESENTAÇÃO E RACISMO NO BRASIL	23
2.1	RACISMO À BRASILEIRA	23
2.2	O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL	25
2.3	UM BREVE DIÁLOGO TEÓRICO SOBRE O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL	31
3	A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE MARIELLE FRANCO	36
3.1	A PRODUÇÃO LEGISLATIVA DO MANDATO DE MARIELLE FRANCO	43
3.2	PRONUNCIAMENTOS DE MARIELLE FRANCISCO DA SILVA	56
3.3	O LEGADO DE MARIELLE FRANCISCO DA SILVA	64
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
	REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

Desde a redemocratização em meados da década de 1980, mais precisamente a partir do fim da ditadura militar, a questão da participação política é um estudo importante na área da Ciência Política, envolvendo temas fundamentais como democracia e participação política.

Para podermos entender melhor a situação social brasileira do momento atual partiremos de uma breve contextualização a partir do período de redemocratização que o país passou com o fim do regime ditatorial, que durou 21 anos, de 1964 a 1985. A constituinte de 1988 redigiu e aprovou 245 artigos e foi elaborada por 558 pessoas. É a mais liberal dentre as constituições que o país já teve. A Constituição de 1988 foi fruto do trabalho para consolidar a democracia no Brasil, tendo em seu corpo do texto a ênfase nas palavras cidadão e cidadania, por esse motivo foi batizada de “Constituição Cidadã” (CARVALHO, 2002).

É no contexto político e social atual pelo qual decido realizar a investigação de minha pesquisa. Parto da investigação da participação política e social das mulheres negras nos espaços de poder da política brasileira, por entender que é necessário discutir sobre e articular formas de combate à situação em que a sociedade se encontra.

Decidi me debruçar mais precisamente a respeito das parlamentares, por entender que o poder legislativo, responsável por formular as leis, tem como objetivo proibir, regulamentar e ter o controle. Essas leis refletem os interesses daqueles que detêm o poder, e esse poder estatal inquieta porque impõe responsabilidades e encargos para os sujeitos, de forma a moldá-los, oprimindo-os com suas disposições que nem sempre são pensadas no atendimento aos interesses da população.

O campo da política institucional é um dos menos permeáveis à presença das mulheres negras. Em um país de raízes negras, a política brasileira é representada em sua maioria por brancos. Na última eleição para vereadores, em 2016, de 811 eleitos, apenas 32 eram mulheres negras. Num país onde mais da metade da população total (54%, de acordo com o IBGE) é negra, é evidente que as pessoas não estão sendo representadas.

As mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos (WERNECK, p.151-152)

Uma das táticas utilizadas pelas mulheres era a conscientização através de atividades coletivas, o que possibilitava e favorecia o empoderamento dessas mulheres enquanto coletividade. Elas buscavam a origem das desigualdades de gênero na condição feminina, se apropriando da noção de patriarcalismo para suas reflexões (FURIOSA, 2018).

O trabalho objetivou entender o mandato da parlamentar Marielle Franco do município do Rio de Janeiro, percebendo quais eram os temas e os atores políticos representados em sua produção legislativa aos quais ela dialogava. Através do estudo dos pronunciamentos da vereadora, assim como o ato de *parlar*.

No primeiro capítulo da monografia apresento a moldura teórica na qual enquadro a investigação, debatendo sobre democracia, representação e participação, envolvendo discussões sobre os desafios das democracias em representar às demandas da população.

No segundo capítulo realizo um apanhado histórico do processo de redemocratização, discorro sobre o conceito de sociedade civil, pincelando a respeito de movimentos sociais e participação política.

No terceiro e último capítulo abordo a vida, trajetória e atividade política da vereadora Marielle Franco, que lutava pelos direitos sociais dos favelados e uma grande opositora da intervenção militar no Rio de Janeiro que acabou sendo assassina pelos seus algozes.

1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a produção deste trabalho visando obter as informações necessárias foi realizado levantamento de dados baseado no material disponível online no site da

Câmara Municipal do Rio de Janeiro¹, ao qual relaciona as atividades exercidas pela Marielle Franco no decorrer de cada sessão ordinária legislativa, bem como discursos de ordem, manifestações, dentre outros. Foram consultadas monografias, projetos de pesquisa, dissertações e teses acadêmicas, assim como podcast com entrevista à vereadora, documentários, entrevistas e outros materiais audiovisuais disponíveis online na internet.

Na Ciência Política, no que se refere em especial às questões de gênero, é estudado a efetividade da ação feminina e feminista nas esferas representativas. Para a análise dos discursos e falas da Marielle em plenário foi utilizada a metodologia de categorização dos discursos de tradição norte-americana de Miguel e Feitosa (2009) que institui três categorias de análise: *hard politics*, *soft politics* e *middle politics* para se dedicar a analisar a representação política.

1.2 TEORIA DEMOCRÁTICA: UM DEBATE PRELIMINAR SOBRE PARTICIPAÇÃO VERSUS REPRESENTAÇÃO

Na teoria democrática, a democracia representativa em seus conceitos que fazem parte do cânone, a ideia de representação está afastada da de participação. O próprio conceito de democracia está imbricado com a questão da participação, debatendo-se o termo democracia, haja a possibilidade de perceber que as diferentes ideias que se tem de participação conjugam em cada especificidade com as de democracia, mas tradicionalmente há o entendimento de que são elementos opostos, criando-se uma concepção dicotômica da relação democracia *versus* representação.

Mais importante, porém, é o fato de que, em nenhum dos regimes hoje considerados democráticos, o povo realmente governa. As decisões políticas são tomadas por uma minoria, via de regra mais rica e mais instruída do que os cidadãos comuns, e com forte tendência à hereditariedade (MIGUEL, 2002, p. 484).

Para Hannah Pitkin (1967, *apud* LAISNER, 2009), teórica alemã, de acordo com a teoria hobbesiana, o representante está autorizado a agir no lugar de quem na

¹ <http://www.camara.rj.gov.br/>

realidade tem o direito de agir, ou seja, atuar no lugar de outro, e o consentimento sendo condição *sine qua non* para legitimar os atos do representante.

A visão de um Estado representativo não foi teorizada por Thomas Hobbes (matemático, teórico político, filósofo inglês), nem quais seriam seus limites para agir na sociedade, definindo-o apenas como uma forma de outorga delegada ao representante, sem especificar detalhes, excetuando-se se agisse de modo a colocar em risco a vida de indivíduos.

Já para John Locke (1632-1704), filósofo inglês, em seu livro *Tratado sobre o Governo Civil* (1689) a existência de um Estado não quer dizer que todo o direito do indivíduo foi passado para o representante, mas somente o de elaborar leis e aplicá-las.

O filósofo, político e escritor francês, Montesquieu (1689-1755), na obra *O Espírito das Leis* (1748) nos mostra o governo constitucional como instrumento para assegurar os direitos das pessoas, que estariam demarcados em 3 poderes: Legislativo, Executivo e um Judiciário para limitar as ações do Estado, garantindo a soberania popular por meio da consolidação de um sistema eleitoral, constituindo assim uma autorização procedimental ampla do corpo político.

Sendo assim, Jean Jacques Rousseau, filósofo, teórico político, escritor e compositor autodidata suíço, no *Contrato Social* (1762) se apoia num ideal republicano a respeito de soberania popular para resgatar a concepção de democracia direta. Através da participação dos indivíduos nas assembleias, para estabelecer as leis primárias que orientariam a harmonia dos indivíduos por meio de pequenos Estados regulados pela “vontade geral”, sendo o contrato social² *sui generis* para indicar os fundamentos da autoridade legítima.

O tamanho e complexidade dos Estados na atualidade, assim como a extensão da cidadania para todos os indivíduos, faz com que a tomada de decisões por parte de todos se torne algo impossível de ser realizado. Com isso vamos nos debruçar sobre

² “Forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo, a si mesmo permanecendo livre quanto antes” (ROUSSEAU, 1997, p.32)

a democracia na contemporaneidade, que é operacionalizada a partir da democracia representativa, onde se tem o embate para legitimar a ordem pública entre a participação direta e a representação.

Nas formulações da autora Laisner (2009), Rousseau gerou uma contradição impraticável se transpormos para a atualidade nas sociedades complexas. O nexo causal entre representante e representado na política, como proposto por Hobbes é ignorado por Rousseau por conta do conceito de vontade geral. Ao contrário de Rousseau, Hobbes não vê problemas em delegar a autoridade pois o indivíduo é responsável por essa delegação e a ação de delegar tem limites demarcados a partir do momento em que esta representação fere aos interesses de quem o representa.

No modelo da Democracia Protetora, Jeremias Bentham e James Mill sistematizaram a democracia liberal a partir de uma teoria geral utilitarista, como base a defesa de um sistema político em que os estados devem garantir a felicidade do maior número de pessoas e para isso seria promovida uma sociedade de mercado livre em concomitância com a proteção dos cidadãos de um governo ladrão.

Na Democracia Desenvolvimentista John Stuart Mill também professava das ideias utilitaristas ao enxergar a máxima da garantia de um governo o bem-estar de seus governados. Para Mill, a boa sociedade é aquela que garante o desenvolvimento das aptidões ou forças de seus indivíduos e a democracia é a forma de governar que o autor diz ter as condições necessárias para o pleno desenvolvimento das faculdades de cada cidadão.

Todo problema político para Bobbio (2002) pode ser analisado a partir de duas perspectivas: a de quem manda, que vê a sociedade “de cima”, por uma ótica descendente, e a de quem é mandado, que vê a sociedade “de baixo”, por uma ótica ascendente, de uma perspectiva popular, alvo do poder.

Dessa forma, John Stuart Mill, em seu principal livro *Sobre a Liberdade* defende a ideia de diversidade contra a intercessão do Estado e o conflito como força motriz da sociedade, sua obra sendo representante do pensamento e ideal democrático do século XIX. Para ele a participação política deve ser para todos e não um privilégio de

uma minoria, para isso o Estado liberal deve assegurar ferramentas que garantam uma institucionalização de maneira a ampliar participação da população, imbricando com dispositivos de representação política pensados para valorizar as atividades públicas dos indivíduos.

No século XX a democracia, com receio de alguns à sua extensão às massas, fez com que se restringisse as formas de participação e soberania que tinham sido ampliadas anteriormente, em decorrência da consolidação da democracia representativa através do procedimento eleitoral. Na segunda metade do século XX a Ciência Política se desenvolveu no pós-guerra com o debate acerca de quais procedimentos seriam necessários para um governo democrático.

Joseph Schumpeter, numa visão elitista da democracia, questiona os ideais de democracia, no sentido dela ser uma doutrina da soberania popular, por isso sendo um ideal-limite que não corresponde à realidade, pois quem deve governar a partir dessa perspectiva é a “classe política”, - uma minoria que detém a racionalidade política capaz de conduzir de maneira positiva a coisa pública.

Na democracia elitista o principal é a competição pelo voto do povo e não a participação e deliberação do povo na tomada das decisões. Em razão da complexidade das sociedades e do poder de persuasão da mídia é permitido ao povo somente participar pelo voto. Podemos dizer que o método democrático é um “arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo voto do povo” (SCHUMPETER, 1983, p.269).

A democracia elitista se baseia num modelo procedimental de competição pelo voto e a representatividade como o modelo de democracia ideal, que podemos dizer, a concepção hegemônica contemporânea a respeito da teoria democrática é a democracia elitista.

Para Norberto Bobbio (1987) a democracia como método implica em regras explícitas para que seja definida com clareza e objetividade de que forma se determinará a vontade geral. Qualquer cidadão deve gozar de direitos políticos, expressar sua

posição através do voto, votar com liberdade, poder escolher entre várias opções e nenhuma decisão que seja tomada pela maioria deve restringir os direitos da minoria.

Bobbio acredita que existem quatro fatores que tornam a democracia direta inexecutável: 1º é muito difícil respeitar as regras do jogo democrático em grandes organizações; 2º atualmente o Estado cresceu não só em tamanho como em funções, o que significa dizer que ele está maior burocraticamente, refletindo em um aparelho democrático de estrutura hierárquica e não democrática onde o poder se forma de cima para baixo e não o contrário e esse poder cresce na medida em que cresce o processo de democratização e suas demandas; 3º com o crescimento da sociedade, do Estado e de sua burocracia cresce também os problemas que necessitam de técnicos ou especialistas e 4º a dificuldade de desenvolver de maneira livre as capacidades humanas em vista da tendência em reprimir e suprimir a noção de responsabilidade individual, que é no que se baseia uma sociedade democrática (LAISNER, 2009).

Uma vez conquistada a democracia política, nos damos conta de que a esfera política está por sua vez incluída em uma esfera muito mais ampla que é a esfera da sociedade no seu todo e que não existe decisão política que não seja condicionada ou até mesmo determinada por aquilo que acontece na sociedade civil. Percebemos que uma coisa é a democratização do Estado (ocorrida com a instituição dos parlamentos), outra coisa é a democratização da sociedade, donde ser perfeitamente possível existir um Estado democrático numa sociedade em que a maior parte das instituições – da família à escola, da empresa à gestão dos serviços públicos – não são governadas democraticamente (BOBBIO, 2002, p.68).

O modelo proposto por Robert Dahl de democracia pluralista em sua obra *Poliarquia* (1971) se debruça sobre as condições sociais que são indispensáveis para a realização do ideal de democracia, sendo a competência dos grupos políticos um fator essencial. A igualdade intrínseca onde o governo se interessa de maneira uniforme sobre as questões dos diferentes grupos tem a tendência a romper com a tutela política. Dahl supera Schumpeter na medida em que a participação democrática é uma possibilidade, para ele a democracia tem duas dimensões: a competição e a participação, a primeira sendo o estabelecimento das regras e a segunda os processos pelos quais as diversas parcelas da sociedade vão sendo institucionalizadas a partir da incorporação das organizações políticas como partidos,

sindicatos, associações, cooperativas entre outras no mercado eleitoral (LAISNER, 2009).

Para Dahl na teoria democrática os indivíduos exercem relativamente um alto controle sobre seus líderes, o que se compreende na prática como poliarquia, para ele o método de escolha das decisões coletivas também ocorre dentro das organizações civis. Desse modo o processo eleitoral vai se encarregar de tirar os representantes que em certo grau não refletem à demanda da poliarquia.

De fato, uma poliarquia é possível, é preciso que o país possua alto nível de renda, assim como sua constante expansão de renda; altos índices de urbanização; alta percentagem de pessoas que possuem formação universitária; uma economia voltada para o mercado; IDH alto (DAHL, 1989).

Avritzer (1996), grande cientista político da atualidade, critica Dahl por não abordar os procedimentos societários de participação que poderiam acabar com as necessidades cruciais que uma sociedade precisa para alcançar as exigências que aparentemente ajudam no aparecimento e estruturação de uma poliarquia, pois Dahl quer debater o procedimentalismo como ferramenta de implantação de governos e não como uma prática social.

Há uma mudança na forma de pensar democracia como sendo uma maneira de arranjo da sociedade e da vinculação entre o Estado e a sociedade civil. Com isso surge o debate a respeito do procedimentalismo como prática social e não só como expediente de regimento de governos, pretendendo-se a ampliação da democracia. Em decorrência desse processo duas visões alternativas são lançadas para confeccionar outra proposta a respeito da visão procedimental da democracia: a democracia participativa e a democracia deliberativa.

A democracia participativa nasce nos anos 1960 com os movimentos estudantis, expandindo para os trabalhadores e ganhando mais força entre eles na década seguinte como resultado do descontentamento do proletariado. Nessa época os governos também passam a adotar a palavra participação popular em seus pronunciamentos.

Carole Pateman (1992) é uma especialista em democracia participativa, defendendo Rousseau como o teórico da participação, para ela o filósofo suíço apoiou toda a sua teoria política na participação de cada indivíduo no desenvolvimento político, onde os cidadãos e o governo não podem ser pensados separadamente, somente o funcionamento das instituições públicas não pode garantir. É imprescindível as pessoas participarem em outros segmentos que não só as instituições públicas, no sentido de os cidadãos serem atores sociais com o comportamento pautado sobre valores socializados que vão servir para o trato adequado com as instituições que representam a democracia tradicional, o que faz com que seja otimizado as aprovações das convenções coletivas.

Para Pateman, a participação tem um caráter educativo e serve para integrar o cidadão à sociedade e adquirir uma aceitação mais descomplicada das tomadas de decisão, o que acaba gerando uma democracia mais estável quando se é uma democracia participativa, legitimando a escolha que foi tomada.

A democracia participativa se coloca como uma alternativa à visão hegemônica de democracia, nessa teoria há a salvaguarda dos interesses em razão do bem-comum, pois a participação, a cooperação e a solidariedade são a base de uma concepção de sociedade com interesses em comum, onde ocorra envolvimento entre os indivíduos privados tornando-os cidadãos, há reconhecimento e consideração um para com o outro (LAISNER, 2009).

A despeito das várias questões e dúvidas que podem ser levantadas acerca da democracia participativa, este clima de ativismo político com sua ênfase na democracia participativa, a crítica teórica da democracia procedimental e representativa e o reestabelecimento de experiências participativas que se desenvolveram gradualmente a partir dos anos 1970 despertaram um renovado interesse nas possibilidades de formas consensuais de autogoverno (LAISNER, 2009, p. 29).

Segundo a citação acima, todo esse desvelamento resultou no nascimento da teoria da democracia deliberativa, outra teoria que se mostra uma alternativa diferente da democracia hegemônica que se encontra instalada. “Como medida normativa da legitimidade, a democracia deliberativa evoca ideais de legislação racional, políticas participativas e autogoverno civil” (LAISNER, 2009, p. 30). Na democracia deliberativa a concepção que a teoria nos dá é a da legitimação na forma de elaborar as regras e

leis para o pleno desenvolvimento da democracia, resultando na deliberação das decisões em comum acordo com os indivíduos.

Segundo Cohen (1999), a democracia deliberativa seria como uma associação de indivíduos que é responsável por deliberar as ações a respeito da coisa pública. As associações seriam vistas então como um componente da liberdade individual que vai tratar das instituições de forma a alcançar um ideal político democrático.

As associações são importantes no sentido de a) superação do individualismo; b) democratizar a máquina de representação; c) tem um protagonismo político mais orientado para a resolução de problemas de cunho social (COHEN & ROGERS, 1995; ELSTER, 1999).

A democracia deliberativa nos apresenta a legitimação do processo de tomada de decisão política vem da discussão orientada a partir dos conceitos de inclusão, pluralismo, igualdade de participação, autonomia e bem comum. Conferindo uma reestruturação da lógica do poder político tradicional de modelo liberal, as associações ganham força na forma de entidades civis, dotadas de diferenças e divergências a respeito da sua posição política, o que confere legitimidade à democracia.

Numa perspectiva habermasiana os processos deliberativos têm como característica a confecção de opiniões e a troca delas, através de uma situação em que é dado voz às minorias, com igual direito de fala em relação aos outros, sem medo de repressão ou sem sofrer manipulação, tendo como pauta a sinceridade e a reciprocidade.

O reconhecimento do pluralismo cultural e social, bem como dos conflitos de interesses sociais, estimula o autor a redefinir a democracia, deslocando o foco da cidadania virtuosa para o dos espaços públicos e dos procedimentos comunicativos. Ademais, de acordo com Habermas, há que se reconhecer os limites ou fronteiras entre o Estado e a sociedade, na medida em que compete ao primeiro a regulação e a administração dos problemas sociais (HAHN LÜCHMANN, 2012, p. 72).

Hannah Arendt também vai enfatizar o diálogo, na forma de ação compartilhada e convivência com a diversidade. Para ela, é o almejo pela liberdade que conduz os homens a viverem de forma organizada entre eles. Essa visão do espaço público ampliado que Arendt tem entende-se que política não é algo estrito à esfera do Estado,

definido por ele, mas é também a sociabilidade, a relação entre os indivíduos que vai definir a política, onde há a legitimação dos conflitos como entendimento e análise do processo democrático.

Para Sartori (1994) até na antiguidade a intermediação entre os representantes é visto como algo exequível, e continua sendo na atualidade um mecanismo válido para o crescimento saudável da democracia, até pelo fato de estarmos em sociedades complexas, é viável pensar em sempre dialogar com as partes interessadas.

Mas Bobbio (1987) nos alerta que a democracia hegemônica não se adequa as exigências de uma democracia participativa, deliberativa. São muitos os desafios para a implementação total do processo de democratização nas sociedades capitalistas que vão dificultar a intermediação entre os indivíduos, ferindo a soberania e limitando-a. Principalmente no que se refere a decisões de ordem econômica, que dificilmente vai ter um debate a respeito, quando se tem, já está decidido antecipadamente o resultado.

A democracia, apesar do sufrágio universal, da formação de partidos de massa de um grau bastante alto de mobilização política, não conseguiu manter as próprias promessas, que eram sobretudo, de três ordens: participação (ou participação coletiva e generalizada, ainda que indireta, nas tomadas de decisões válidas para toda a comunidade), controle a partir de baixo (com base no princípio de que todo poder não controlado tende ao abuso), e liberdade de dissenso (BOBBIO, 1987, p.32)

Tanto mais há diversidade de público nesses locais de tomada de decisão, argumentando, debatendo, negociando, fazendo pactos, mais há o movimento de legitimação dos interesses que estão demandando e maior é a publicização e efetivação de possibilidades de se avançar de fato em busca de potencializar o processo democrático (LAISNER, 2009).

Essa visão vai de embate a democracia hegemônica implantada, quando nos mostra a possibilidade de inovar democraticamente ampliando o poder de decisão de diversos atores sociais em diferentes processos decisórios.

Isso implica que, de fato, democracia representativa e democracia direta não são dois sistemas alternativos (no sentido de que onde existe uma não pode existir a outra), mas são dois sistemas que se podem integrar reciprocamente.

Com uma fórmula sintética, pode-se dizer que num sistema de democracia integral as duas formas de democracia são ambas necessárias mas não são consideradas em si mesmas, suficiente (BOBBIO, 2002, p.52).

Francisco Weffort (1984) nos mostra que o pior que pode acontecer quando juntarmos representação e participação seria na representação a apropriação do público pelo privado, no caso o representante defender interesses próprios. E na participação a dificuldade seria em ter em qualquer local de poder que conviver com partidos políticos e parlamento para que não haja desorganização na participação, o que acarretaria a defraudação nas situações “representação e participação direta são aquisições irrenunciáveis da democracia e das revoluções do mundo moderno [que] aprimoram a democracia e a capacitam para constituir-se como espaço de transformação da sociedade” (WEFFORT, 1984, p.128-129).

Boaventura de Souza Santos (2002), filósofo português, nos dá a combinação de sistema representativo com o desempenho político participativo. “a renovação da teoria democrática assenta, antes de mais nada, na formulação de critérios democráticos de participação política que não confinem esta ao ato de votar. Implica, pois, uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa” (SANTOS, 2002, p. 271).

Procura-se com esse debate mostrar que mecanismos para uma efetiva participação podem fazer parte dos processos de tomada de decisão, o que ajuda a economizar recursos e dar mais qualidade aos investimentos, pois há o contato com as partes interessadas, onde a ótica descendente se comunica com a perspectiva ascendente (quem está na base da pirâmide social).

O debate importante na atualidade se refere a entender como tornar a representação mais democrática, unindo os atores interessados, enfrentando o problema da pluralidade de interesses, atendendo em gênero e grau ao maior número de cidadãos de maneira a consolidar um governo democrático e dispondo de mecanismos de arguição e entendimento das demandas populacionais.

A pluralização da representação pode contribuir não apenas para ampliar os canais de inclusão de demandas representativas, mas também para democratizar a representação tradicional, na medida em que os atores sociais

adicionam novos repertórios de ação e de controle sobre o representante eleito e a burocracia responsável pela implementação de políticas públicas (...) “demandas representativas”, construídas no fórum deliberativo ou a partir da interação dos atores em distintas esferas, precisam convencer aqueles a quem se destinam, depois de serem expostos publicamente os argumentos por seus representantes (...) Primeiro, a democracia deixa de ser uma ideia subjacente para se tornar a ideia-força organizadora da representação. Segundo, a consolidação da legitimidade democrática do voto ocorre concomitantemente ao descentramento da atividade representativa da esfera estatal para a sociedade (ALMEIDA, 2015, p. 270-271)

Estado e sociedade não podem ser desligados na atualidade, estão conectados e é mister dizer que os espaços direcionados a cada um ficam interconectados, de modo que o caminho das fronteiras que separam ou conectam não são delimitados e as esferas de ação acabam se tornando uma questão que está em constante processo de renegociação e reajuste. A representação mais democrática depende de muitos fatores como a relação representado e representante.

a representação política provoca a disseminação da presença do soberano e sua transformação em uma tarefa contínua e regulada de contestação e reconstrução da legitimidade. Portanto, embora a autorização eleitoral seja essencial para se determinar os limites e a responsabilidade do poder político, ela não nos diz muito a respeito da verdadeira natureza da política representativa em uma sociedade democrática. As eleições “engendram” a representação, mas não “engendram” os representantes. No mínimo, elas produzem um governo responsável e limitado, mas não um governo representativo (URBINATI, 2006, p. 193)

A representação política por excelência deveria atestar o fato de que apesar da democracia ter explicação em termos de regras do jogo, a interação de cidadãos e Estado não é um jogo neutro, porque há ferramentas para a promoção de concepções e de identificação com quem apoia as mesmas. Esse é o problema da representação em atender a todos.

A compreensão “clássica” da democracia participativa, cuja elaboração mais influente foi apresentada por Carole Pateman (1992 [1970]), previa a expansão dos procedimentos democráticos para além do Estado, vinculando a vivência cotidiana à educação política e propondo um modelo que exigia transformações profundas nas relações de produção (MIGUEL, 2017, p. 84)

A democracia participativa procura dar mais rigor ao processo político e dar voz às diferentes visões do fazer político. A representação democrática depende de muito mais do que apenas o procedimento eleitoral, precisa-se de autonomia local e

liberdade para expressar opiniões, pensamentos e se associar, como também de meios para tal.

É, portanto, apropriado dizer que a compreensão da representação como uma instituição democrática, ao invés de um recurso ou uma segunda alternativa, coincide com a reabilitação de uma dimensão ideológica inevitável da política. Isso porque a política, no contexto da representação, envolve um processo complexo de unificação-e-desunião dos cidadãos, que os projeta para uma perspectiva orientada para o futuro. A política mantém o soberano em moto perpétuo, por assim dizer, ao passo em que transforma sua presença em uma manifestação de influência política complexa e delicada (URBINATI, 2006, p. 225).

A qualidade da representação para Miguel (2017) não vai ser nunca o ideal democrático, pois a representação seria uma espécie de zona de rebaixamento da democracia que vai produzir desigualdades. O ato representativo vai reproduzir desigualdades sociais, pois geralmente o representante faz parte de uma minoria na sociedade que é hegemônica no campo político (homem branco, rico, heterossexual, com formação superior), criando assim a desigualdade entre os que têm acesso ao poder dos que não têm.

o fato de que o capitalismo permanece sendo um grande obstáculo à expansão da participação política e da democracia. As desigualdades materiais se manifestam em capacidade assimétrica de influência política e, ao mesmo tempo, a manutenção do padrão hierárquico, antiparticipativo, nos locais de trabalho é decorrência obrigatória da propriedade privada (MIGUEL, 2017, p.112).

Na atualidade se debate bastante sobre as formas para tornar a atividade representativa mais democrática, unindo sociedade civil, Estado e participação política em um só movimento objetivando adentrar nos espaços onde tradicionalmente é negado a participação política.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS, REPRESENTAÇÃO E RACISMO NO BRASIL

2.1 RACISMO À BRASILEIRA

O Pensamento Social Brasileiro estuda a problemática racial, mas a visão teórica geralmente esconde e não reconhece as práticas discriminatórias da sociedade brasileira.

Nadya Araújo Castro, em seu livro *Trabalho e Desigualdades Raciais* (1998) estudou o Pensamento Social Brasileiro a respeito das relações raciais e verificou que do fim do século XIX às primeiras décadas do século XX havia a ideia de miscigenação da sociedade, corrente de pensamento que autores como Silvio Romero, Paulo Prado e Nina Rodrigues que fez um estudo sobre a prática de cultos religiosos afro-brasileiros na Bahia - que tinha uma visão idílica das relações raciais; entre outros intelectuais da época defendiam.

Gilberto Freyre, maior expoente do mito da democracia racial³ - fez com que a visão da questão racial como reminiscência da escravidão desaparecesse aos poucos. Freyre (1933) em sua obra apresenta a sociedade brasileira dotada de uma cordialidade nas relações raciais. Todavia o trabalho de Virginia Bicudo na década de 1940 já questionava a suposta irrelevância da discriminação racial. Foi Oracy Nogueira, com sua obra *Preconceito de Origem e Preconceito de Marca* (1952), que conseguiu demonstrar de maneira objetiva conceitos que demonstrassem o preconceito racial na sociedade brasileira.

Carlos Hasenbalg evidenciou pela primeira vez as desigualdades raciais, onde discriminação e racismo são vistos como variáveis independentes. No final da década de 1970 Hasenbalg abordou o chamado *efeitos parciais*, onde a preocupação primordial é saber se há impacto nas chances de vida de uma pessoa em função da

³ Termo que denota a visão de que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial, a tentativa de implantar uma imagem positiva que não corresponde com a realidade brasileira. No geral o brasileiro não vê a raça como impedimento ou propulsor de desigualdades, só levando-se em conta o fator classe e gênero. Esse pensamento é fruto do conceito apresentado pelo sociólogo Gilberto Freyre, em seu livro *Casa-Grande Senzala*, do ano de 1933, que não chegou exatamente a usar o termo nesse livro, mas em obras posteriores ele passou a utilizar influenciando outros intelectuais que contribuem para popularizar o termo.

raça e se há em que medida ocorrem. Esse tipo de abordagem possibilitou o levantamento de evidências que demonstravam a falácia da democracia racial ao apontar desvantagens que estavam consistentemente associadas à condição racial. O mito da democracia racial desracializa – a miscigenação historicamente ‘esconde’ as problemáticas de raça. “Uma poderosa construção ideológica, cujo principal efeito tem sido manter as diferenças inter-raciais fora da arena política, criando severos limites às demandas do negro por igualdade racial” (HASENBALG; SILVA, 1987, p. 80).

O pensamento de esquerda, ao enfatizar uma perspectiva analítica da luta de classes para entendermos as discriminações sociais deixa de lado a raça⁴ como categoria analítica, esquecendo-se que raça é um elemento estruturante das desigualdades sociais do Brasil.

Tabela 1 - Estatísticas sumárias. Renda igual ou superior a 1 salário mínimo (Brasil, 2010)

	Brasil	
	Branco	Negro
Ricos	2,65%	0,60%
Renda (média em R\$)	1.999,41	1.195,69
Educação Superior	24,49%	10,26%
Médio Completo	34,73%	33,91%
Fundamental Completo	15,14%	17,79%
Fundamental Incompleto	25,36%	38,04%
Idade (média em anos completos)	39,6	38,7

Fonte: IBGE (2010). Adaptado de Rocha (2016).

Na tabela acima podemos ver como se dá a distribuição da população de acordo com a cor, mostrando que os negros tem uma maior percentagem na quantidade de indivíduos com o Ensino Fundamental incompleto, brancos possuem mais tempo de estudo comparado aos negros, tem mais que o dobro de número de pessoas com Ensino Superior em relação aos negros e brancos disparam na percentagem de ricos se comparado com a população negra.

⁴ O conceito de raça foi uma construção social no intuito de apontar posições de hierarquia, apesar de não ter nenhuma prova científica.

De uns anos para cá economistas estão dando importância ao fator raça e percebem a magnitude da desigualdade de um país separado racialmente. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mostra uma imensa disparidade entre negros (pardos e pretos) e brancos, como se não estivessem vivendo no mesmo país.

Tanto o mito da democracia racial quanto a perspectiva da luta de classes invisibilizam e não reconhecem a intersecção de raça para analisar diversas questões, inclusive a totalidade da democracia.

2.2 O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

A nova república começou em 1985 em um clima de otimismo com a retomada da supremacia civil para lamento dos militares. A constituinte de 1988 redigiu e votou um documento onde a garantia dos direitos do cidadão era a principal questão, começando pela universalização do voto antes proibido para os analfabetos, com a nova constituição o voto passava a ser facultativo aos analfabeto, e aos jovens a partir dos 16 anos e idosos com 65 anos ou mais, sendo obrigatório a partir dos 18 anos para todos, sem distinção.

A Constituição de 1988 ordenava pagamento de aposentadoria a todos os maiores de 65 anos de idade e deficientes físicos. A licença paternidade de 5 dias foi concedida por ocasião do nascimento da criança na nova lei. Indicadores da qualidade de vida aumentaram gradualmente como, por exemplo, a mortalidade infantil diminuiu, de 73 por mil em 1980, para 39,4 e por mil em 1990. A expectativa de vida passou de 60 anos em 1980, para 67 em 1990. Na área da educação o analfabetismo da população maior de 15 anos desceu de 25,4% em 1980, para 14,7% em 1996. A escolarização de crianças dos 7 aos 14 anos de idade subiu de 80% no ano de 1980 para 97% em 2000 (CARVALHO, 2002).

A fidelidade dos políticos aos partidos foi extinta com a nova constituinte, antes sendo punida com a perda do mandato, também se desburocratizou e se facilitou a criação de partidos políticos com a pouca exigência em comparação ao regime anterior, o que teve como consequência a criação de muitos partidos políticos, mudando o cenário político, tornando-o mais plural.

Em 1990 foi criada a Lei de Defesa do Consumidor, fora da esfera constitucional nasceu o Programa Nacional dos Direitos Humanos com o objetivo de criar medidas para acompanhar, proteger e impulsionar a promoção desses direitos. Em 1995 o Estado implanta os Juizados Especiais de Pequenas Causas Cíveis e Criminais com o intuito de aproximar o cidadão da justiça, barateando e agilizando os processos judiciais civis de pequeno porte e as infrações penais mais brandas. Além disso a Constituição de 1988 tirou do exército o controle da polícia militar, transferindo esse poder para os governadores dos estados (CARVALHO, 2002).

Essa época foi indubitavelmente cingida por mudanças de grande significado a respeito de transformações das normativas e discursos de parte da representação estatal e ressignificação da forma de governar quanto às políticas raciais, as políticas públicas de ações afirmativas voltadas à superação das desigualdades raciais.

Mesmo com todas essas mudanças a polícia continuou dando vexames para o Brasil, em 1992 o massacre no presídio do Carandiru ganhou fama internacional, com o assassinato de 111 presos, em decorrência da invasão pela polícia militar do grupo de choque no dia do genocídio. No mesmo ano, 21 moradores da favela do Vigário Geral, no Rio de Janeiro, foram assassinados por policiais de máscaras. Em 1996, no Centro do Rio de Janeiro, em frente à Igreja da Candelária crianças que dormiam na rua foram fuziladas por policiais militares. Infelizmente no Brasil o cidadão ou tem medo da polícia, ou não confia nela, pois historicamente ela serviu de opressão das classes mais baixas e dos negros e de praticamente segurança particular para as classes mais abastadas (CARVALHO,2002).

As dificuldades na área social que a população vinha sofrendo era fruto do passado escravagista no período colonial pelo qual o Brasil não podia se esquecer, no qual fazia persistir as desigualdades sociais.

As diversas conferências ocorridas durante a década de 1990 eram um meio para publicizar a situação real em que o país se encontrava, a facilitação dessa comunicação foi possível por uma série de oportunidades que se sucederam, inclusive o ciclo de conferências sociais das Nações Unidas que se deram durante toda a década. A participação dos movimentos sociais negros nestes eventos confirmaria

status político a estas organizações; estas reuniões foram de suma importância para compreender as mudanças que estavam ocorrendo nas instituições dos movimentos negros, reflexo do que a própria sociedade brasileira estava passando.

Um dos avanços que pode marcar essa nova era democrática foi o surgimento do Movimento dos Sem Terra (MST), uma organização composta por milhares trabalhadores do campo que se uniram para poder pressionar o governo para que fossem visibilizadas as suas reivindicações por terra para poderem plantar e financiamento para suas safras.

O MST tinha como estratégia a sistematização de suas ações na invasão de terras não cultivadas ou terrenos públicos, apesar da ilegalidade do ato em si, ele se legitima pelo fato da opressão secular que essa parcela da população foi vítima e a vagareza com que o governo tratava os assuntos agrários.

A democracia possibilitava a participação do povo dentro do espaço político, desde que organizado, o MST é um bom exemplo para ilustrar como a organização dos movimentos podem forçar a entrada na política de setores ignorados pelo governo, o que contribui para a democratização do sistema como um todo.

Mesmo com a democracia ainda faltava muito para melhorar a situação de desigualdade brasileira. O poder judiciário peca no atendimento ao cidadão, limitando seu acesso a uma pequena parcela dos cidadãos. Grande parte da população não conhece seus direitos e quando tem conhecimento dos direitos não possuem meios para fazer valer a lei. Os custos para a contratação de advogados não fazem parte da realidade da maioria dos brasileiros e a defensoria pública não consegue atender à demanda.

Para vermos o acesso aos direitos civis da população brasileira podemos estratificar setores da sociedade. Os cidadãos de primeira classe são os que recebem privilégios, esses estão acima da lei a custo de dinheiro, prestígio e status social, esses “doutores” como gostam de serem chamados, generalizando, são brancos, ricos, tem ensino superior; são os banqueiros, proprietários de extensos territórios, políticos, profissionais liberais e altos funcionários do Estado (CARVALHO, 2002).

O cidadão de segunda classe são os que estão sujeitos ao rigor das leis, mas também aos benefícios do que ela pode proporcionar, eles são a classe média: os assalariados com registro na carteira de trabalho, funcionários simples e os proprietários de pequenos terrenos rurais ou urbanos. Eles conhecem parcialmente seus direitos e deveres e necessitam dos meios adequados para poder ter seus direitos garantidos, o que dificilmente conseguem, com frequência eles dependem da boa vontade dos representantes da lei como policiais e juízes para terem seus direitos, o que raramente acontece. São brancos, pardos e pretos (CARVALHO, 2002).

Por último os cidadãos de terceira classe que são os chamados “indivíduos”, jargão usado nos programas sensacionalistas que costumam passar diariamente na TV aberta, que costumam exaltar o comportamento da polícia nas suas ações nas favelas, que é onde a maioria tem residência. Se constituem da população marginalizada das grandes cidades, trabalhadores rurais e urbanos que não possuem registro na carteira de trabalho, posseiros, trabalhadores domésticos, menores abandonados, população de rua, camelôs e outros. Essas pessoas ignoram seus direitos civis ou outros cidadãos, a polícia ou o governo os negam de maneira sistêmica. Em sua maioria são pretos e pardos, não se sentem respeitados pelos agentes da lei e nem pela sociedade, evitam o contato com a polícia pois a experiência lhes reserva o direito ao silêncio e à impunidade (CARVALHO, 2002).

Com a redemocratização, houve a primeira eleição direta para presidente, na qual venceu Fernando Affonso Collor de Mello, o governo Collor (1990-1992) tentou conter a inflação congelando o dinheiro da população que estava guardado nos bancos; não deu certo e deixou um quê de insatisfação nas pessoas, acrescentando a crise política causada pelo desvio de recursos públicos, pela desestatização das empresas públicas e resultou na sua renúncia, antes que sofresse o processo de impugnação de seu mandato - impeachment ou impedimento, o que levou Itamar Augusto Cautiero Franco, seu vice, à presidência (1992-1995).

Com o impeachment de Collor, Itamar Franco pode colocar seus planos em ação, ele que desde sua união para concorrer à presidência com Collor tinha uma visão bem

diferente de governo. Itamar foi o responsável pelo Plano Real⁵ e por realizar um plebiscito sobre a forma de governo do Brasil, em que resultou na escolha de uma república presidencialista.

Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente (1995-2002) desde a proclamação da república, a incluir em seu discurso de posse a questão racial e criar políticas de inclusão racial impulsionadas pela participação do Brasil na Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância em Durban, África do Sul, em 2011 (CARNEIRO, 2011).

Com o reconhecimento do Estado de que o racismo realmente existe na sociedade brasileira, o governo FHC reconheceu que a discriminação e o racismo são fenômenos estruturantes das desigualdades, através dessa mudança de consciência é possível que o Estado implante ações para a mitigação das desigualdades. A *força do discurso* feita pelo governo de Cardoso naquele período marcou, pois deu a qualidade de enxergar o racismo na forma brasileira.

Muitas conquistas foram em virtude da entronização do negro na academia com as cotas que destinam certo número de vagas nas universidades federais em decorrência da PL n. 73/1999 (PL das Cotas). O acesso às universidades públicas se deu de maneira em que os recursos que antes estavam alocados somente à um segmento da população, no qual usufruem da ideologia da meritocracia, que historicamente tem gozado de privilégios na sociedade, fossem realocados, gerando de maneira indireta, uma inversão de papéis sociais. Se esconde por trás da ideologizada meritocracia a manutenção de um status quo excludente, produtor de privilégios, reproduzidor de desigualdades raciais e que impede o desenvolvimento do país.

Já no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2011), através do documento “Brasil sem Racismo”, foi dada continuidade à missão de aniquilar as desigualdades raciais. Todavia, o primeiro mandato de Lula foi marcado por ações emblemáticas de grande habilidade e pouco entusiasmo na efetivação das providências eficazes para fomentar a igualdade racial (CARNEIRO, 2011).

⁵ O Plano Real foi um processo de estabilização e reformas econômicas iniciado em dezembro de 1993 para conter o índice da inflação no Brasil.

Quando o governo reconhece que há racismo institucional e procura combatê-lo com a aprovação de dispositivos na lei que fizeram com que fosse institucionalizado a política pública das cotas raciais, foi possibilitado uma chance de ascensão social a partir da participação de determinada parcela da população em carreiras que estão no cerne do desenvolvimento do país, dada as medidas tomadas por parte do governo em refletir e perceber que era necessária uma reparação histórica para com os negros (minorias).

Ademais, um grande passo foi dado com a Lei n.10.639/03, que modificou a Lei 9.394/96, norteando a direção e a base da educação no Brasil ao constituir no currículo pedagógico de ensino a obrigatoriedade do tema “História e Cultura Africana e Afro-Brasileira” e a inclusão no calendário escolar do “Dia da Consciência Negra”, como o dia 20 de novembro, data que marca a morte do nosso herói nacional Zumbi do Quilombo dos Palmares (CARNEIRO, 2011).

A Lei n. 10.639/03 foi um marco para a mudança na visão que a sociedade tem sobre os agentes históricos, foi feita uma revisão historiográfica a respeito do Quilombo dos Palmares e a partir daí Zumbi passa a ser considerado um herói nacional. Com isso o sistema de educação adotou uma série de medidas e estratégias para implementação de ações políticas e de orçamento para reparar as desigualdades raciais e sociais (CARNEIRO, 2011).

Em 21 de março de 2003 – Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, o ex-presidente Lula cria a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o que contribui para o Projeto de Lei n. 6.264/2005 do Estatuto da Igualdade Racial que visa uma série de políticas para a redução das desigualdades raciais como a institucionalização de novas formas de criar, gerenciar e projetar ações de combate ao racismo, cumprindo com as promessas de campanha (CARNEIRO, 2011).

O povo brasileiro está se familiarizando com a história do país a partir da visão da resistência e da produção de intelectuais negros envolvidos com métodos capazes de gerar mudanças no status quo social.

O momento pelo qual o Brasil se encontrava na última década da virada do milênio foi em decorrência dos longos anos de luta dos movimentos sociais e da sociedade civil, assim como de ONGs e instituições de cunho religioso, como as pastorais da igreja católica, que tinha um viés de esquerda dentro da própria igreja, muitos padres membros dessas pastorais foram perseguidos pelo regime militar dos anos de chumbo⁶ da ditadura.

Os brasileiros agora possuíam direitos políticos⁷, o Brasil estava dotado de um parlamento livre e que em certa medida se apresentou como sendo representativo. Um grande passo era dado, um momento histórico que ficou guardado na memória. Os direitos civis⁸ estavam sendo implantados nas organizações, como liberdade de expressão, de imprensa. A constituição definiu o racismo como crime inafiançável e a tortura também, além de torná-la como não anistiável para o torturador.

2.3 UM BREVE DIÁLOGO TEÓRICO SOBRE O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL

Com o surgimento das diferentes concepções a respeito da democracia é evidenciado a necessidade em avançar para os direitos sociais e coletivos e a importância da participação dos cidadãos no processo decisório.

Nós vemos pouca razão pela qual os homens não podem encontrar com habilidade crescente as complexidades e responsabilidades de sua situação. A sociedade é organizada não pela minoria, mas pela participação majoritária na tomada de decisões... como um sistema social nós buscamos o estabelecimento de uma democracia participativa, governada por dois objetivos centrais: que o indivíduo participe das decisões sociais que determinam a qualidade e direção de sua vida; que a sociedade seja organizada para promover a independência dos homens e fornecer a mídia para sua participação comum (tradução minha, ES, 1966, p. 30)⁹

⁶ Anos de chumbo é o nome dado ao período que vai da edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968 durante o governo de Costa e Silva (1964- 1969), até o final do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), considerado o mais violento de todo o regime militar.

⁷ Direitos políticos são aqueles que estão ligados à participação do cidadão no governo da sociedade, tem como premissa a capacidade de fazer demonstrações políticas, de votar e de ser votado, poder criar e organizar partidos políticos etc.

⁸ Direitos civis referem-se à liberdade, à propriedade, à vida e à igualdade perante a lei.

⁹ We see little reason why men cannot meet with increasing skill the complexities and responsibilities of their situation society is organized not for minority but for majority participation in decision-making... as a social system we seek the establishment of a participatory democracy, governed by two central aims: that the individual share in the those social decisions determining the quality and direction of his life;

A legitimidade da democracia vai depender da representação, do processo de inclusão de atores, dado que os espaços e/ou atores deliberativos vão apresentar uma extensa diversidade de demandas e a capacidade de interação entre os mesmos é o que vai ditar os rumos democráticos.

A democracia vai depender de muitos fatores para ser colocada em prática, não basta apenas o ato do voto para garantir a qualidade democrática, mais evidente é a necessidade de conquistar os direitos sociais para atender aos ideais democráticos, tem de se ter em perspectiva a ideia de que a democracia está mais para um conceito político-filosófico do que uma situação da prática ou do cotidiano.

O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico. (CARVALHO, 2015, p.14-15)

Protestos e outras experiências de participação são uma tentativa de reintrodução do problema da participação nas democracias. Faz parte do jogo político democrático a manifestação dos descontentes com o governo representativo, isso é um indicador de medição da qualidade da democracia, afinal, não se pode pressupor que em um estado democrático de direito não vai haver os contrários a esse regime, como os anarquistas.

O debate sobre as diferentes vertentes da teoria democrática abre espaço para pensarmos a representação para além da hipótese da teoria liberal, pensando na sociedade civil como um polo ativo, de criação e não apenas uma entidade passiva. É com esse pensamento de que a sociedade civil, tanto quanto o Estado, é um espaço de participação das tomadas de decisão, - o que problematiza o dilema da

that society be organized to encourage independence in men and provide the media for their common participation.

autorização, que vai nos deixar na atualidade com questionamentos importantes para a ciência política (GUISO, 2016).

A falta de representatividade nas esferas públicas é algo que vai contribuir para manter a mulher negra na base da pirâmide social, onde são reservadas a elas os postos de trabalho com menor remuneração.

Para o alcance das reivindicações da população, é necessário pensarmos no conceito de sociedade civil que foi reelaborado na década de 1990, particularmente para observarmos a realidade brasileira. Mas antes disso é preciso recuperarmos a história de como nasce o conceito de sociedade civil, de forma a contextualizar para o entendimento do mesmo.

Sociedade civil era um conceito relacionado aos Estados Unidos e países da Europa até o começo da terceira onda de democratização, tal conceito surge no século XIX, aproximadamente 1820, com uma visão dualista que podia expor as mudanças ocorridas em razão da modernidade ocidental: a distinção entre as esferas econômica e familiar com o fim do regime escravocrata a partir da abolição e a distinção entre Estado e sociedade em decorrência da especialização sistêmica do Estado. Com isso observa-se que sociedade civil é um conceito dualista, marcando assim o princípio do desenvolvimento da distinção entre Estado e sociedade na Europa (AVRITZER 2012).

Ao longo do século XIX o conceito de sociedade civil só foi utilizado para entender os países do Atlântico Norte pois eles davam cabo somente de explicar os processos sociais daquela região. Para o Brasil as primeiras distinções modernas entre a economia doméstica e a esfera privada se iniciaram no século XX, mas de todo modo não havia muita diferença entre público e privado pois a sociedade brasileira do século anterior poder-se-ia dizer que o Estado era representado pelo Senhor de Engenho e sua propriedade, resultando numa esfera privada de grandes proporções.

O conceito de sociedade civil ressurgiu no século XX com uma visão tripartite em que a sociedade se diferencia do mercado e do Estado, o conceito vai servir para explicar os processos sociais pelo qual estavam passando a América Latina e o leste europeu.

Para Cohen e Arato (1992) a sociedade civil está relacionada com o nível institucional da própria vida, onde se socializa, se organiza, interage-se socialmente e onde ocorrem atividades públicas. Os indivíduos vão se organizar mediados pela família e pelo Estado por meio da sociedade civil.

Gramsci nos ajuda a pensar o conceito para o contexto latino-americano na ideia de conflito e luta pela hegemonia cultural e territorial como elemento central das sociedades civis latino-americanas. Há também a tradição neo-tocqueviliana ou neo-durkheimiana que distingue o Estado das associações voluntárias sendo a sociedade civil uma jurisdição independente que produz solidariedade social (AVRITZER, 2012).

No decorrer do processo de democratização do Brasil o conceito de sociedade civil se relaciona com a nova forma tripartite expressando uma visão muito particular, estabelecendo um nexos causal entre o surgimento do conceito e a reconstituição dos laços sociais pelos pobres e algumas instâncias da classe média, num contexto onde os atores sociais sofriam pressão de um regime autoritário.

Através desse entendimento é possível perceber que no Brasil como nos outros países da América Latina o conceito de sociedade civil estava preparado para distinguir os novos atores sociais que surgiam do mercado, em prol do interesses econômicos privados que estavam relacionados ao regime autoritário, como os novos atores sociais do Estado autoritário (AVRITZER, 2012).

Pensadores contemporâneos como Norberto Bobbio, John Rawls, Charles Taylor e outros adicionaram à teoria democrática uma maior qualidade ao debate fornecendo uma sustentação nas suas bases com reflexões a respeito do que Bobbio coloca-nos como uma visão de noção de igualdade que dispõe de um princípio em que compreende a formalização da igualdade como condição da razão que não implica que exista uma relação com o passado histórico.

A partir dos anos 1980 nota-se no Brasil a literatura Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) que a partir do conceito de identidade coletiva vai operar uma nova perspectiva para quebrar com a visão determinista economicista sobre movimentos sociais, a forma como se dá o nascimento e desenvolvimento dos movimentos e de

como eles se comportam, sem levar em consideração a cultura como processo de formação e influência nas decisões e caminhos que tomam (EVERS, 1984).

“[...] incorporar a diversidade de estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros e examinar como estas têm sido usadas, combinadas e transformadas” (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014, p.332 apud SILVA; PARADIS, 2016, p. 3).

Abers e von Büllow (2011 apud SILVA; PARADIS, 2016) identificaram diversas formas de interação entre sociedade civil e Estado, no qual os movimentos sociais buscam pautar as políticas públicas com demandas e colaborando com diversas esferas de participação, também incorporando militantes no aparelho estatal. Isso faz com que a movimentação entre sociedade civil e sociedade política ocorra com maior regularidade.

Ocorre um desenvolvimento do denominado “repertório de interação”, discutindo as relações entre Estado e sociedade civil em que vai ser elencado quatro fatores para análise: protestos e ação direta; participação institucionalizada; política de proximidade e ocupação de cargos na burocracia estatal (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014, apud SILVA; PARADIS, 2016).

A literatura recente sobre movimentos sociais apontam para o fato de que após o fim da bipolaridade entre socialismo e capitalismo e o conseqüente enfraquecimento das utopias de esquerda, movimentos sociais de várias partes do mundo passaram a enfrentar mudanças profundas em suas práticas políticas. Os impactos advindos de tais mudanças impõem reconfigurações e a construção de novas estratégias de ação e atuação frente ao Estado e a própria sociedade civil. A transformação estrutural na dinâmica da sociedade brasileira, somado o esgotamento das energias políticas de esquerda dos anos 80, fazem com que apareçam reivindicações individuais e coletivas centradas na noção de cidadania (GOHN, 2002, p. 302 apud SANTOS, 2008, p. 8).

Os movimentos têm dimensionado a questão das mulheres negras, racismo, opressão de gênero através de indivíduos oriundos dos movimentos da sociedade civil que entram para a esfera institucional.

3 A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE MARIELLE FRANCO

Assassinada no dia 14 de março de 2018 aos 38 anos de idade na cidade do Rio de Janeiro. Depois de seu assassinato foi eleita uma frente preta no Rio de Janeiro com Dani Monteiro, deputada estadual com 27.982 votos; Mônica Francisco, deputada estadual com 40.631 votos; Renata Souza, deputada estadual com 63.937 votos; Talíria Petrone, eleita deputada federal, com 107.317 votos (MARIELLE, 2018).

Em 17 de julho de 2018 foi instituída a Lei Nº 8054 em que inclui no calendário oficial do município do Rio de Janeiro o dia 14 de março como “Marielle Franco – Dia de Luta Contra o Genocídio da Mulher Negra”¹⁰.

Por mais de dez anos a vereadora fez parte da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania na Assembleia Legislativa do Rio. Ela denunciou crimes de policiais com suspeita de ameaçar e de terem matado dois jovens. Segundo o Instituto de Segurança Pública do Rio, o batalhão dos policiais denunciados pela parlamentar é o que mais matou nos últimos sete anos no estado (CARNEIRO, 2018).

Tinha o histórico de ativismo e militância entre negros e favelados, senso de responsabilidade social, sempre foi muito crítica. A vereadora apresentou projeto de lei, participou de encontros e debates em favor das bandeiras que defendia, como direitos das mulheres, políticas públicas de fortalecimento da economia solidária e contra abusos de autoridades. Marielle é uma afronta ao que são os poderes formais, institucionais, um instrumento de voz da favela, das mulheres negras.

Na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, Marielle produziu muito em pouco tempo, projetos sobre saúde, produção cultural e combate à violência de mulheres e população periférica. Pautava assuntos em prol da comunidade periférica, LGBTs e aos direitos das mulheres. em fevereiro de 2018 tinha sido nomeada relatora na comissão da Câmara Municipal em Brasília que analisava e investigava as ações da Intervenção Federal na Segurança Pública fluminense. Através das redes sociais, a

¹⁰ Disponível em <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/f1e2ca96e3ad0857832582dc00615140?OpenDocument>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

vereadora denunciava os abusos da intervenção militar no Rio de Janeiro. No dia 8 de março a vereadora questionou no plenário:

Nesse período, por exemplo, em que a intervenção federal se concretiza na intervenção militar, eu quero saber como ficam as mães e os familiares das crianças revistadas. Como ficam as médicas que não podem trabalhar nos postos de saúde? Como ficam as mulheres que não têm acesso à cidade?

Observar as representações sobre questões de gênero no parlamento é observar uma das esferas mais importantes para as lutas políticas feministas, serve para entendermos as limitações que são impostas a determinadas pautas pela estrutura do campo político, o estudo dos discursos no plenário é fundamental porque é um local privilegiado de construção de sentido, onde podemos conectar o conceito de representação política ao conceito de representação social (CAMPOS; MIGUEL, 2008).

O carro em que Marielle estava quando voltava de uma reunião de mulheres negras na Lapa foi alvejado por nove tiros, no bairro do Estácio, na região central da cidade:

A noite de 14 de março começou feliz para Marielle Franco. Na Casa das Pretas, na Lapa carioca, ela coordenou a roda de conversa “Jovens negras movendo as estruturas”. Citou a poeta norteamericana Audre Lorde, negra, lésbica e feminista: “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.” Com o sorriso rasgado, a vereadora se levantou da cadeira e encerrou o encontro com um brado de estímulo às mulheres presentes ou que lhe assistiam pela internet: “Vamo que vamo, vamo junto ocupar tudo! (MAGALHÃES, 2019, p. 32).

O motorista Anderson Pedro Gomes que dirigia o carro foi morto e a assessora Fernanda Chaves que acompanhava a Marielle foi atingida por estilhaços, porém sobreviveu.

Marielle nasceu em 1979 no Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro, a favela se consolidou na década de 1940, a Maré foi oficializada como bairro¹¹ pela Lei Municipal nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994, um dos principais e maiores conjunto de favela do município com 800 mil metros quadrados de extensão, divididos em 16 comunidades com um número aproximado de 129 mil pessoas (Censo Populacional

¹¹ O termo bairro para Maré se destina ao uso oficial pelo Estado, o reconhecimento social desse território se dá como uma favela.

da Maré, 2019). Marielle viveu até os 15 anos de idade no Conjunto Esperança no Complexo da Maré com seus pais e irmã.

Segundo a Anistia Internacional, o Brasil matou 58 ativistas em 2017. Pesquisa feita pelo Latinobarômetro fixou o Brasil em último lugar, entre 18 países latino-americanos, no ranking do grau de satisfação da população com a democracia (MAGALHÃES, 2019). Munições encontradas na perícia do crime indicam que foram vendidas à Polícia Federal em dezembro de 2016 (SARAIVA, 2018).

“Uma democracia feminista deve garantir que as mulheres possam frequentar espaços públicos com segurança, que tenham acesso à saúde e que façam parte da política” (Marielle durante discurso no Plenário no dia das mulheres).

Em 2006 Marielle entra para a equipe da campanha que iria eleger Marcelo Freixo na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), na qual se mantém como assessora parlamentar. Em seguida coordena a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da assembleia. No ano de 2016 é eleita vereadora pelo PSOL pela coligação Mudar é Possível, do seu partido PSOL e PMDB na capital fluminense com 46.502 votos válidos, na 5ª posição da mais votada da cidade do Rio de Janeiro e a 2ª mulher mais votada para vereadora no Brasil.

O mandato estava alinhado a uma estratégia do PSOL de ocupar a cidade do Rio de Janeiro com a candidatura de Marcelo Freixo para a prefeitura, onde ele vai até o segundo turno, perdendo para Marcelo Crivella, do PRB - Partido Republicano Brasileiro (MARTÍN, 2016).

O cargo eletivo pelo qual passou a vereadora Marielle Franco pode ser compreendido enquanto uma esfera institucional ligada as lutas sociais, pois a vereadora antes de se tornar candidata já era uma pessoa influente na Favela da Maré, participando ativamente dos movimentos sociais e das diversas organizações da sociedade civil. Ela servia como uma porta-voz de sua comunidade

a candidatura ideal é sempre motivada pela vontade de um grupo, e o candidato perfeito é o “representante natural” dessa coletividade. O movimento é involuntário e exige dedicação e esforço. O candidato ideal

enfrenta a campanha como um dever, abrindo mão de sua vida pessoal em nome do grupo (...) diversos parlamentares compartilham essa visão da candidatura como uma obrigação, um dever, motivado pela “pressão” dos eleitores (...) o desejo do próprio candidato não tem legitimidade se não estiver amparado por uma vontade coletiva (KURSCHNIR, 2000, p. 16-17 apud SOUZA p. 62)

Marielle não apresenta desse modo uma candidatura sua, mas uma representação do grupo ao qual ela vocaliza, apresentando demandas e projetos referentes, dessa forma seu mandato estaria engendrado com a representação dos movimentos sociais.

A candidatura de Marielle foi advinda de processos sociais de ação coletiva e participação da sociedade. A conquista de seu mandato veio como resultado de sua luta política que realizava na comunidade e na sua atividade de militância. O engajamento político se deu com sua participação na Comissão da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, foi presidente da Comissão permanente da Defesa da Mulher na Casa, onde emitiu parecer favorável ao projeto de seu correligionário Renato Cinco que proibia questionar a orientação sexual aos candidatos às vagas de empregos nas empresas, tanto públicas quanto privadas.

O que é ser mulher? O que cada uma de nós já deixou de fazer ou fez com algum nível de dificuldade pela identidade de gênero, pelo fato de ser mulher? A pergunta não é retórica, ela é objetiva, é para refletirmos no dia a dia, no passo a passo de todas as mulheres, no conjunto da maioria da população, como se costuma falar, que infelizmente é sub-representada (BARREIRA, 2018).

Sua trajetória se inicia desde jovem a partir de um caso de violência contra uma amiga sua da época em que fazia o pré-vestibular comunitário que foi morta por bala perdida num tiroteio entre traficantes e policiais no Complexo da Maré pouco tempo depois de ser sido aprovada em universidade.

Em um programa do canal do Youtube “Marias do Brejo”¹², publicado em 1 de agosto de 2017, a vereadora narra a sua vida: de formação religiosa católica, aos 11 anos Marielle começa a trabalhar de camelô com os pais para juntar dinheiro para pagar seus estudos, na juventude começa seu processo de conscientização influenciada pelo contato com a teologia da libertação na catequese, do qual fez parte durante dez

¹² Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=swKLU6ZI5MI&t=801s>>. Acesso em 17 jun. 2019.

anos, dos 14 aos 17 foi dançarina do grupo de funk Furacão 2000, com 18 anos vai trabalhar em uma creche como educadora infantil.

Em 1998 Marielle inicia pré-vestibular comunitário da Maré, onde tem sua trajetória política iniciada de forma mais pontual, como sujeito social de fato e engravida no mesmo ano. Permanece trabalhando na creche durante dois anos. Aos 19 anos, já casada, engravida, vindo a sofrer abuso no relacionamento, seu companheiro a controlava demais, ela separou-se depois de 3 anos e meio de casada.

Quando sua filha completou três meses de nascença ela já pode voltar a trabalhar como educadora infantil porque no seu emprego tinha um berçário onde as mães podiam deixar as crianças, depois de que sua filha havia crescido um pouco, Marielle que tinha desistido do cursinho pré-vestibular, volta a estudar, com as aulas do cursinho sua visão de cidadã se amplia, a concepção de pertencimento e identidade, a construção de uma concepção de Estado, sociedade civil organizada, depois de dois anos de cursinho consegue uma bolsa de estudos integral em Ciências Sociais pela PUC-Rio através do Programa Universidade para Todos (Prouni) em 2002, mesmo ano em que se separa do marido.

No início dos anos 2000 no Rio de Janeiro foram anos de aumento da violência, aumento das incursões policiais. Chacina do Borel em 2003, 2004-2005 algumas mortes sucessivas na Maré dentre elas a morte da amiga de Marielle, Jaqueline - assassinada em um tiroteio, havia passado em Economia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (Podcast, 2016).

Na universidade faz muito questionamentos em sala de aula sobre como a favela é estereotipada, se depara com o departamento de ciências sociais, ao qual Lélia Gonzalez ajudou em sua reestruturação e percebe a partir daí como há um apagamento da negritude no âmbito acadêmico pois nunca tinha estudado no curso sobre Lélia Gonzalez, Angela Davis e outras. Na mesma época começa a trabalhar como secretária do pré-vestibular do Centro de Ações Solidárias da Maré (CEASM).

Em 2004 Marielle começa a se relacionar com Mônica Benício. Em 2005 uma amiga da época do pré-vestibular é morta em decorrência da violência na favela, a partir das

intervenções da polícia na Maré, começa-se a questionar o direito de habitar a favela, ainda em 2005 começa a ocorrer manifestações na favela da Maré em uma campanha contra a presença do caveirão da polícia militar, mães estavam perdendo seus filhos fundamentalmente da violência do Estado, as manifestações continuam no ano seguinte. Se inicia uma disciplina na universidade em que é discutido a ditadura de ontem e de hoje, Marcelo Freixo realiza a aula inaugural, o qual já havia sido professor de História da irmã de Marielle no colégio Legrand, localizado no bairro do Botago.

Depois de concluída a graduação em ciências sociais na PUC, Marielle inicia seu mestrado em Administração Pública na UFF, o título de sua dissertação é “UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro” – aprovada em 2014 (PIMENTEL, 2016).

Marcelo Freixo é eleito em 2006 como deputado estadual do Rio de Janeiro e em 2007 Marielle passa do pré-vestibular para a equipe do deputado, trazendo as pautas da favela, dos movimentos sociais já como socióloga. Começa a fazer parte da Comissão dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2009, nesta posição tem contato com parentes das vítimas de homicídio ou policiais vitimados, posteriormente vem a assumir a coordenação desta comissão em 2012, o que vem ampliando o lastro em termos tanto de debate sobre a democracia, como o debate na participação em conselhos (Conselho de Segurança, Conselho de Direitos Humanos).

Acompanhando a pauta do debate de gênero fundamentalmente relacionado aos dois pontos, transversalizando o debate do feminismo à favela, à negritude, um feminismo onde dialogava com as mulheres da igreja católica (Pastoral da juventude, movimentos da igreja, Teologia da Libertação para Renovação Carismática), acompanhando os debates dos movimentos sociais, da academia, que falavam do direito ao corpo, sem dialogar com as mulheres da favela que naquele momento reivindicavam espaços de trabalho, desmitificação das formas de violência (Fórum de Violência de Encontro das Mulheres), fazendo a ponte do feminismo da academia para o feminismo da favela (Podcast, 2016).

Marielle trabalhou como assessora do deputado Freixo durante dez anos. Em 2017 Marielle se muda para a Tijuca com Mônica e a filha Luyara. Na universidade faz um curso intitulado Cidades Rebeldes - mesmo nome do livro publicado no Brasil por David Harvey para se pensar o direito à cidade, o que a auxiliou a realizar o exercício reflexivo de alternativas para a frequentação de espaços públicos.

O lema de sua campanha foi “eu sou porque nós somos” do pensamento Ubuntu, Filosofia Africana que vê a razão de existência no outro, em contraposição à visão ocidental que tem o individualismo como modo de vida.

Como um processo de representatividade em que ela não estaria lá só para cumprir tabela, com tempo na televisão, plataforma de arrecadação, o lugar das inserções, o material produzido específico para as mulheres, uma chapa com uma composição importante de mulheres para que houvesse diálogo e reconhecimento com a população.

Sua campanha se pautou com elementos em que ela vivenciava como a questão de gênero, a questão da identidade negra com os processos de afirmação, de auto reconhecimento da negritude, da territorialidade com a favela. Esses aspectos faziam parte das promessas de campanhas, a preocupação em resolver questões do que influíam no cotidiano da população da favela como iluminação pública, ponto de ônibus, circulação das mulheres, movimento das mulheres negras, maternidades etc. Um mandato aberto para se pensar a política como um espaço de diversidades, longe da ideia tradicional de política com homens brancos heterossexuais ricos e sim um espaço de disputa de poder para todos.

Marielle era “cria” da Maré, ela levou pautas que colocavam em xeque a visibilidade das mulheres negras, dos transexuais, travestis, homossexuais, da população moradora das favelas, de gente comum, trabalhadoras e trabalhadores que colocam a “mão na massa” na construção desse país.

Ela denunciava constantemente em suas redes sociais a violência cometida nas favelas pela polícia militar, declarando a intervenção militar no Rio de Janeiro (da qual ela fazia parte da comissão que fiscalizava) como uma forma de criminalização da

pobreza. Na dissertação de mestrado Marielle já apresentava a sua luta “é preciso pensar e praticar uma política de segurança pública ampla, integrada a uma perspectiva social que sirva para defender a vida” (FRANCO, 2018, p.122 apud SANTOS, 2018, p.8).

Para as eleições gerais de 2018 teve um total de 361 candidaturas de mulheres registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo 190 (52,9% do total) autodeclaradas negras (preta ou parda), o resultado foi que 13 mulheres negras (6,84%) foram eleitas para cargos do legislativo. No total das legislaturas apenas 2% são negras em 2018, e dentro das câmaras de vereadores compõe 17% do total, sendo que na sociedade elas representam 27% do total da população (Mapa Étnico Racial das Mulheres na Política Local Brasileira).

O cenário político brasileiro aparenta ser pouco receptivo à entrada de pessoas que não estão historicamente ligadas a política partidária, mas se nos debruçarmos sobre o processo, veremos que podemos dominar as ferramentas que fazem parte do jogo político.

Marielle fazia parte de mostrar qual era o papel da mulher negra no Estado brasileiro levando as demandas da sociedade civil para a Câmara de Vereadores, ela pensava na articulação entre os eixos gênero, raça, classe e território.

3.1 A PRODUÇÃO LEGISLATIVA DO MANDATO DE MARIELLE FRANCO

Os parlamentares tem a função de fiscalizar e legislar operacionalizando as leis, para isso há um conjunto de procedimentos previamente estabelecidos para que os parlamentares possam produzir, todo esse trâmite é conhecido como processo legislativo. O Conjunto de normas que orientam, disciplinam e regulamentam o funcionamento legislativo na Câmara dos Vereadores é chamada de Regimento Interno, aprovado por meio de Resolução (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO).

A Câmara Municipal configura-se como Órgão Legislativo do Município, além das funções legislativas, tem atribuições para fiscalizar e assessorar o Executivo, elaborar

leis de matéria de competência e interesse do município, respeitando as reservas constitucionais do Estado e União, se compõe dos vereadores eleitos de diversos partidos que vão formar as bancadas, que seriam a união dos edis de um mesmo partido, onde se escolhe um líder para representar o partido ou a bancada nas falas (MADURO, 1987).

Os Projetos de Lei (PL) funcionam com o *modus operandis* de aprovar projetos em que há consenso, onde geralmente não vai haver divergências. Eles são uma das principais formas pelo qual a vereadora podia representar os seus: pessoas pobres, negras, das favelas, minorias sociais como homossexuais e transexuais. Através das PLs ela podia expressar os seus representados, conectando o seu mandato aos eleitores, dando voz às demandas da base da pirâmide social, visibilizando-as e defendendo-as, uma ferramenta para a busca dos interesses, desejos e pontos de vista dos seus votantes.

É importante notar que os PLs não podem gerar custos ao erário municipal e geralmente seu investimento técnico-jurídico é alto, sendo difícil de se resolver constitucionalmente, o que vai demandar uma atenção maior aos assessores. Por isso é preciso refletir antes de iniciar um PL, para ser investido pelos parlamentares, o que demanda altos custos sem uma garantia de devolutiva.

É preciso enfatizar que uma estratégia dos mandatos parlamentares ao apresentar PLs é entender que eles precisam ser aprovados, isso justifica uma tendência geral de ter uma baixa quantidade de projetos de lei, porém a estratégia do mandato é fazer muitos projetos de lei para ter visibilidade mesmo sendo baixa a quantidade de aprovação.

Para que um PL vire lei é preciso que ele seja analisado e votado. As proposições que podem ser analisadas e votadas na Câmara Municipal são Projetos de Emenda à Lei Orgânica, que é a Constituição do município, Projetos de Lei Complementar que são propostas para mudar as leis de código de obras, licenciamento e fiscalização (HOLANDA, 2016).

Projetos de Lei Ordinária são propostas de leis que são válidas para todo o município, Projetos de Resolução que regulam o funcionamento interno do Legislativo e de seu processo legislativo, são propostas para mudança no modo de funcionamento da Câmara e Projetos de Decreto Legislativo que vão regular matéria que é de exclusividade do Poder Legislativo, que não têm a sanção do prefeito do município do Rio de Janeiro, mas que tem efeito externo, propostas para revogação de decretos do Prefeito que não são da sua alçada e pode conceder títulos de cidadão carioca, honrarias e homenagens (HOLANDA, 2016; CALEJO, 2019; CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO).

Os edis apresentam o projeto ao plenário e o remetem para a Assessoria Técnico-Legislativa que vai verificar se há projetos parecidos, se ele fere a Constituição ou se está fora da esfera municipal e vai apontar em quais comissões o projeto deve passar para receber os pareceres antes da votação no plenário, essas comissões verificam a constitucionalidade, a admissibilidade e o mérito dos projetos.

Antes da votação no plenário, órgão máximo das decisões na Câmara dos Vereadores, os projetos devem passar pela Comissão de Justiça e Redação para verificar sua constitucionalidade e então pode ser encaminhando as demais constitucionalidades para que emitam os pareceres, caso o prazo para as comissões se esgote elas devem emitir os pareceres oralmente antes da votação no plenário.

Para serem aprovados na Câmara os projetos devem passar duas vezes no plenário para debate e votação, se não for aprovado em algumas das votações ele é arquivado. Resoluções e Decretos Legislativos aprovados vão passar para promulgação pelo presidente da Câmara para virem a ser lei, outros tipos de projetos precisam da ratificação do prefeito para então oficializar-se na forma da lei, caso o prefeito não concorde com o projeto ou com alguma parte dele, ele precisa retornar à Câmara para apreciação dos vereadores para que modifiquem-no ou então seja derrubado.

Os assuntos pelo qual Marielle trabalhava estavam em congruência com as demandas da sociedade civil, apesar de que no início de sua legislatura as pessoas mais próximas temiam que ela se afastasse das pautas pela qual ela tinha prometido em

campanha. Uma impressão que pode ser lida como a adaptação ao meio político de fato.

A fim de que os PLs tem que apresentar uma decisão conjunta da maioria para serem aprovados a vereadora podia se utilizar de outras ferramentas para discutir e motivar os representados por meio de requerimentos, pronunciamentos e também Projetos de Decreto Legislativo (PDL) para regular matéria exclusiva do Poder Legislativo, sem a sanção do prefeito, mas que tenha efeito externo (Câmara Municipal do Rio de Janeiro). Esses projetos de indicação serviriam mais como uma forma de proteger de jure os interesses que a parlamentar defende do que uma forma concreta de atender a uma demanda (SOUZA, 2011).

Esse mecanismo legislativo permite dar voz a demandas que são localizadas nas bases ou servem para encampar as estratégias do mandato em busca de visibilidade e defesa de opiniões ou até de buscar influenciar a formulação de políticas públicas. Em linhas gerais, os PLs produzidos pelos vereadores, independente do partido, não estão restritos aos temas discutidos na campanha ou vinculados a setores da base de apoio ao mandato (SOUZA, 2011, p. 79)

No quadro 1 apresentado abaixo observa-se os Projetos de Lei da parlamentar Marielle Francisco da Silva organizados por data. As categorizações dos assuntos procuram mostrar um norteamento para justificar o respectivo PL, a diferenciação dos assuntos é situada dentro de um emaranhado pois os assuntos podem ter ligações.

Por exemplo o PL nº 17 que tem como assunto a criação de um programa de atendimento humanizado para mulheres que sofreram aborto juridicamente legalizado, o projeto assume uma medida de mudança comportamental dos funcionários da área da saúde ao mesmo tempo que procura estabelecer protocolos de atendimento nos hospitais, maternidades e postos de saúde.

Dessa forma, cada PL é definido por um único assunto, qual seja o de maior impacto e relevância. Podemos definir diversos temas dos PLs como educação, saúde, previdência, rotinas administrativas, questões sociais como combate ao racismo, homofobia, violência de gênero, concessões de medalhas dentre outros.

os PLs são justificados por: i) demandas das comunidades, entidades e movimentos sociais da base de apoio ao mandato; ii) por pautas e demandas de variados assuntos que são estimulados por atores políticos engajados ao mandato, mas também por apoiadores do partido e atores difusos; iii) temas de destaque na mídia e opinião pública; iiiii) eixos que o mandato define temas a serem defendidos e abordados, levando em consideração questões exógenas (ocupação de cargos públicos pelo partido e as tendências partidárias nas diversas esferas de governo); iiiiii) por fim, há determinados temas que entram na agenda do Legislativo por conta de interesses que não são suscitados pelo Legislativo, mas por atores externos. Sendo assim, os mandatos irão responder a tais agendas (*output*) com proposições, campanhas, mobilizações, reuniões, etc (SOUZA, 2011, p. 71-72).

A quantidade de PLs aparentemente é baixa pois os projetos são minuciosamente tratados e geram “alto custo” aos parlamentares, não podendo gerar gastos ao município. Leva-se em conta que Marielle apresentava uma pauta feminista, que tradicionalmente não faz parte das preocupações de uma casa que é ocupada majoritariamente por homens.

Os PLs são considerados um dos aspectos de expressão dos representados e de vinculação dos vereadores à opiniões e ideias dos eleitores. Eles são produzidos em grande medida para buscar representar interesses, anseios e opiniões dos apoiadores do mandato (SOUZA, 2011, p. 80).

O aprofundamento do debate sobre os PLs e a movimentação para uma defesa pública pode ser complementado pela realização de Sessão Especial para chamar novos públicos. O espaço privilegiado para discussão, posicionamento e defesa do PL é o plenário, como veremos adiante.

Levou para a câmara oito PLs de sua autoria e assinou com colegas mais nove. Apresentou 116 proposições. Seu mandato como vereadora teve um pouco mais de um ano de duração em que lidou com temas importantes como:

transporte coletivo; combate à violência contra as mulheres; combate à homofobia; visibilidade da mulher negra; desenvolvimento cultural do funk tradicional carioca; habitação para famílias de baixa renda; visibilidade lésbica; cuidado na primeira infância; aborto legal e atenção humanizada às mulheres; regulamentação de manifestações culturais; encarceramento da juventude negra; proteção ao adolescente e medidas socioeducativas em meio aberto e pagamento dos salários dos servidores públicos (OLIVEIRA, 2018, p.7)

PL 417/2017 “Assédio Não É Passageiro” que propõe campanhas educativas sobre assédio e violência sexual contra as mulheres, juntamente com uma formação

permanente dos servidores públicos e multa às empresas de transporte coletivo que não cumprirem com a lei; PL 555/2017 que augura um estudo periódico onde reunirá informações a respeito das mulheres atendidas por políticas públicas, uma forma de ter mais controle sobre os investimentos na área social a fim de que possa otimizar os recursos; projeto Dossiê Mulher Carioca, para compilar dados de violência de gênero (CARNEIRO, 2018).

Projeto de fim da renúncia de cobrança de ISS para empresas de ônibus de transporte público; projeto de prioridade para os servidores serem pagos antes do prefeito, vice-prefeito e secretários; projeto de inclusão no calendário oficial da cidade do “Dia Municipal de Luta Contra o Encarceramento da Juventude Negra; projeto de ações de combate ao jogo “Baleia Azul”; PL 515/2017 propõe a adoção de medidas socioeducativas em ambiente aberto do município para os que cometeram atos infracionais leves, sem ameaça ou uso da violência.

A PL 103/2017 institui o dia 25 de julho como o “Dia de Tereza de Benguela e da Mulher Negra” no calendário oficial do município; PL 72/2017 institui o dia 17 de maio como o “Dia da luta contra a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia”, pois nessa data a homossexualidade foi excluída da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), que faz parte da Organização Mundial da Saúde (OMS), que ocorreu no ano de 1992; projeto que incluía no calendário oficial da cidade o “Dia da Visibilidade Lésbica”, o qual foi rejeitado pelos seus colegas cariocas por 19 votos contra e 17 a favor.

A PL 265/2017 das Casas de Parto, que foi aprovado em virtude da quantidade ínfima de Casas de Parto na rede municipal de saúde do Rio de Janeiro, pois essas casas geram menos custos para o município, ajudam a amenizar a demanda dos hospitais e maternidades, contribuem para a saúde da criança e da mãe com partos normais e sendo pensada sua implantação nas zonas de menor IDH do município (BARBOSA, 2018).

A PL 17/2017 Espaço Coruja foi aprovada, uma proposta de ser um espaço infantil que funcione no período noturno, em estruturas já existentes de espaços de educação infantil, seria uma solução imediata para milhares de mães e pais que estudam ou

trabalham de noite e não tem com quem deixar o filho, em sua maioria famílias populares que podem ter que largar o emprego ou deixar de estudar em função disso, na descrição sobre a PL 17/2017 ela disse que essas creches “são essenciais para conquistar igualdade entre homens e mulheres, permitindo que mães com dupla jornada continuem com seus estudos ou permaneçam em seus empregos” (LEITE; SARAIVA, 2018).

Seu primeiro PL 16/2017 Pra Fazer Valer o Aborto Legal no Rio visa garantir o atendimento humanizado e sem violência às mulheres em situação de aborto legal, pois pouquíssimas maternidades e somente um hospital oferece esse atendimento no Rio de Janeiro; outra PL foi incluir cartazes em locais públicos de atendimento às mulheres sobre os direitos das vítimas de violência sexual (ODILLA, 2018).

Com colegas apresentou a PL 642/2017 que criou um programa para o desenvolvimento da cultura do funk tradicional carioca; projeto de lei que visa garantir a assistência técnica gratuita para projetar e construir habitação para as camadas populares. Dois projetos assinados em conjunto com os colegas de plenário foram aprovados e viraram lei: sobre a regulamentação de mototáxis, um dos principais meio de transporte das favelas cariocas e outro a respeito de contratos entre prefeituras e organizações sociais (OSs) em hospitais, restringindo as funções que podem ser exercidas, visto que esses contratos são alvo de constantes denúncias de corrupção (SARAIVA, 2018).

Quadro 1 - Projetos de Lei

Quantidade	nº PL	Data	Resumo	Vereador(a)
01	16	09/03/2017	institui o programa de atenção humanizada ao aborto legal e juridicamente autorizado no âmbito do município do Rio de Janeiro. {Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Defesa da Mulher, Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão de Educação}	Marielle Franco
02	17	09/03/2017	institui o programa espaço infantil noturno - atendimento à primeira infância - no âmbito do município do Rio de Janeiro {Comissão de	Marielle Franco, Tarcisio Motta

			Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente, Comissão de Educação, Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Comissão de Defesa da Mulher, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira}	
03	72	20/03/2017	inclui o Dia da Luta Contra a Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia no calendário oficial da cidade consolidado pela Lei nº 5.146/2010, Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Cultura, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos	Marielle Franco
04	82	21/03/2017	inclui o Dia da Visibilidade Lésbica no calendário oficial da cidade do Rio de Janeiro consolidado pela Lei nº 5.146/2010, Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de cultura, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos	Marielle Franco
05	101	06/04/2017	altera a redação do inciso ii, do art. 33, da Lei nº 691/1984. {Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Transportes e Trânsito, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira}	Paulo Pinheiro, David Miranda, Leonel Brizola, Renato Cinco, Tarcísio Motta, Marielle Franco
06	103	06/04/2017	inclui o dia de Tereza de Benguela e da Mulher Negra no calendário oficial da cidade do Rio de Janeiro consolidado pela Lei nº 5.146/2010 Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Cultura Comissão de Defesa dos Direitos Humanos	Marielle Franco
07	169	28/04/2017	define ações de combate ao jogo, brincadeira ou evento denominado Baleia Azul (blue whale), ou similar no âmbito do município. {Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática, Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-	Otoni De Paula, Cláudio Castro, Professor Rogério Rocal, Tarcísio Motta, Fernando William, David Miranda, Dr. Sergio Alves, Paulo Pinheiro, Marielle Franco

			Estar Social, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão de Cultura}	
08	265	14/06/2017	estabelece diretrizes para a criação do programa centro de parto normal e casa de parto, para o atendimento à mulher no período gravídico-puerperal, e dá outras providências. {Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, Comissão de Educação, Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente, Comissão de Assuntos Urbanos, Comissão de Trabalho e Emprego, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira}	Comissão De Defesa Da Mulher, Tânia Bastos, Luciana Novaes, Vera Lins, Paulo Pinheiro, Cesar Maia, David Miranda
09	288	30/06/2017	inclui o Dia Municipal de Luta Contra o Encarceramento da Juventude Negra no calendário oficial da cidade consolidado pela Lei nº 5.146/2010 Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Cultura, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos	Marielle Franco, Tarcísio Motta, Renato Cinco, David Miranda, Paulo Pinheiro
10	417	20/09/2017	cria a campanha permanente de conscientização e enfrentamento ao assédio e violência sexual no município do Rio de Janeiro {Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Defesa da Mulher, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente, Comissão de Educação, Comissão de Transportes e Trânsito, Comissão de Trabalho e Emprego, Comissão de Assistência Social, Comissão de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática, Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira}	Marielle Franco
11	437	02/10/2017	restringe o objeto de contratos de gestão celebrados entre o município do Rio de Janeiro e organizações sociais da área de saúde e dá outras providências	Dr. Carlos Eduardo, Jorge Felipe, Rafael Aloisio Freitas, Eliseu Kessler, Willian Coelho, Carlos Bolsonaro, Luiz Carlos Ramos Filho, Val Ceasa, Italo Ciba, Zico Bacana, Inaldo Silva, João Mendes De Jesus, Reimont, Luciana Novaes, Tânia Bastos, Dr. Jorge Manaia, Fernando William, Veronica Costa, Teresa Bergher, Carlo Caiado,

				Felipe Michel, Dr. João Ricardo, Vera Lins, Rosa Fernandes, Renato Moura, Otoni De Paula, Jones Moura, Dr. Jairinho, Chiquinho Brazão, Jair Da Mendes Gomes, Professor Rogério Rocal, Prof. Célio Lupporelli, Marcelino D'almeida, Renato Cinco, Prof. Adalmir, Thiago K. Ribeiro, Cesar Maia, David Miranda, Leonel Brizola, Paulo Pinheiro, Junior Da Lucinha, Tarcísio Motta, Marielle Franco, Alexandre Isquierdo, Zico, Marcello Siciliano, Marcelo Arar, Cláudio Castro, Paulo Messina
12	442	04/10/2017	dispõe sobre fixação de cartaz informativo nos serviços públicos do município do Rio de Janeiro, Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Defesa da Mulher, Comissão de Educação, Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira	Marielle Franco
13	493	31/10/2017	estabelece prioridade para pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, na forma que menciona. {Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira}	David Miranda, Carlo Caiado, Carlos Bolsonaro, Cesar Maia, Chiquinho Brazão, Cláudio Castro, Dr. Jairinho, Dr. João Ricardo, Felipe Michel, Fernando William, João Mendes De Jesus, Jorge Felipe, Leandro Lyra, Luciana Novaes, Luiz Carlos Ramos Filho, Marielle Franco, Paulo Messina, Prof. Célio Lupporelli, Prof. Adalmir, Reimont, Rosa Fernandes, Tarcísio Motta, Teresa Bergher, Thiago K. Ribeiro, Vera Lins, Veronica Costa, Willian Coelho
14	515	13/11/2017	programa de efetivação das medidas socioeducativas em meio aberto no âmbito do município do Rio de Janeiro -Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Assistência Social, Comissão de Educação, Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, Comissão de Trabalho e Emprego, Comissão de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira	Marielle Franco, Tarcísio Motta, Leonel Brizola, Prof. Célio Lupporelli
15	555	04/12/2017	cria o Dossiê Mulher Carioca na forma que especifica e dá providências {Comissão de Justiça e Redação, Comissão de	Marielle Franco

			Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Defesa da Mulher, Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, Comissão de Assistência Social, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira	
16	642	04/01/2018	institui a assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda e dá outras providências. {Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Assuntos Urbanos, Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Assistência Social, Comissão de Trabalho e Emprego, Comissão de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira }	Marielle Franco
17	711	28/02/2018	cria o programa de desenvolvimento cultural do funk tradicional carioca e dá outras providências. {Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Cultura, Comissão de Assuntos Urbanos, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira}	Marcello Siciliano, Marielle Franco

Fonte: http://www.camara.rj.gov.br/control_e_atividade_parlamentar.php?m1=materias_leg&m2=10a_Leg&m3=prolei&url=http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/Internet/Leilnt?OpenForm

Os PLs apresentados por Marielle estavam em consonância com a militância da vereadora. Dagnino, Oliveira e Panfichi (2006) entendem que a concepção de democracia sofreu uma espécie de resignificação na academia, estreitando as relações com a garantia de direitos, abrindo espaços públicos para que seja aceitado um processo de tomada de decisão, reconhecendo as diferenças e incluindo-as no debate, não deixando de lado a participação política da população, podemos dizer que a parlamentar soube combinar sua vivência como favelada com a academia, interconectando os aprendizados.

Franco conseguiu produzir PLs em que apresenta uma perspectiva feminista, pautando a Câmara com outra visão, tirando o ranço da política brasileira das velhas poltronas do plenário, imbricado com a militância na sociedade civil com a entrega de medalhas etc, ela levou para o parlamento a defesa de um projeto político democrático participativo.

Marielle conseguiu pautar os PLs de acordo com as necessidades que ela via para a população da Maré e das favelas cariocas no geral, apresentou projetos que se preocupavam com questões como assistência técnica para construção de moradias populares, violência sofrida por jovens negros, aborto, espaço noturno para cuidado de crianças, inclusão no calendário da cidade de datas para visibilidade lésbica, combate à homofobia, mulher negra, resgate de personagens da história apagados como Tereza de Benguela, luta contra a prisão de jovens negros, programa de incentivo ao funk carioca e outros.

A parlamentar também apresentou projetos para combate ao assédio, campanha no transporte coletivo, fiscalização sobre contratos entre o município e OSs, prioridade no pagamento dos servidores antes do prefeito e gabinete, medidas socioeducativas ao invés de prisão, estudos sobre a mulher negra (violência, atendimentos em locais públicos, dados em uma espécie de dossiê anual).

Quadro 2 - Requerimentos

Quantidade de requerimentos	Nº do requerimento	Data	Resumo	Requerente
01	3	20/02/2017	Medalha Chiquinha Gonzaga à Jaqueline Gomes De Jesus	Marielle Franco
02	143	28/04/2017	Sessão do plenário no dia 29 de maio de 2017, das 9h30 às 12 horas para realização de audiência pública da Comissão de Defesa da Mulher, onde será discutido o tema "mortalidade materna: uma análise da situação no município do Rio de Janeiro"	Comissão de Defesa da Mulher

03	223	12/06/2017	Medalha de Mérito Pedro Ernesto à sra. Conceição Evaristo, poetisa, escritora e doutora em literatura.	Marielle Franco
04	300	26/06/2017	sessão do Plenário Teotônio Villela para realização de solenidade de entrega do conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto à sra. Conceição Evaristo e celebração do Dia Internacional Da Mulher Negra Latino Americana E Caribenha.	Marielle Franco
05	238	09/08/2017	Medalha De Mérito Pedro Ernesto a sra. Sônia Braz, educadora popular, precursora no fomento de finanças solidárias no Rio de Janeiro, ativista no Movimento da Economia Solidária e no Movimento Popular Organizado	Marielle Franco
06	5313	16/08/2017	inclusão na pauta da ordem do dia da sessão ordinária em regime de urgência, do PL nº82/2017	Marielle Franco
07	282	13/09/2017	reserva do Plenário Teotônio Villela no dia 25 de setembro de 2017	Comissão de Defesa da Mulher
08	5392	25/09/2017	inclusão na pauta da ordem do dia da sessão ordinária em regime de urgência do PL nº 265/2017	Marielle Franco
09	362	04/10/2017	cancelamento do requerimento nº 884/1995 e do requerimento nº 1405/2006	Paulo Pinheiro, Miranda, Leonel Brizola, Marielle Franco, Renato Cinco, Tarcísio Motta
10	440	13/11/2017	Medalha de Mérito Pedro Ernesto ao Pai Adailton	Marielle Franco

11	439	13/11/2017	Medalha de Mérito Pedro Ernesto ao Afoxé-Filhos de Gandhi	Marielle Franco
12	447	16/11/2017	cessão do plenário para entrega de Medalha Pedro Ernesto ao Pai Adailton, a Mãe Meninazinha de Oxum e Afoxé-Filhos de Gandhi	Marielle Franco
13	5515	13/12/2017	retirada em definitivo do Projeto de Resolução nº 7/2017	Paulo Pinheiro, Marielle Franco, Veronica Costa, Renato Cinco, Reimont, Tarcísio Motta, David Miranda, Leonel Brizola
14	5524	15/12/2017	retirada da emenda nº 155 ao PL nº 1709/2016	Marielle Franco
15	500	26/02/2018	concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga a Dilma Nascimento (Dida Nascimento)	Marielle Franco

Fonte: http://www.camara.rj.gov.br/controle_atividade_parlamentar.php?m1=matérias_leg&m2=10a_Leg&m3=req&url=http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/Internet/ReqInt?OpenForm

3.2 PRONUNCIAMENTOS DE MARIELLE FRANCISCO DA SILVA

Os pronunciamentos na seara legislativa desde a origem do parlamento é o mecanismo basilar de produção de sentido na política. O regime democrático ateniense tinha como base a “razão discursiva” como medida para se tomar as decisões na pólis. Os parlamentos de maneira geral herdaram essa tradição política na qualidade de respeitável instituição que até o presente momento tem sido utilizada pela política moderna (SOUZA, 2011).

Nas diferentes situações a atividade legislativa de Marielle foi extremamente importante ao sistema político representativo, mesmo diante dos destemperos em virtude da forte oposição principiada pelo contraponto dos seus colegas parlamentares. Os pronunciamentos são fundamentais como categoria de análise da representação política que é verificada pela experiência empírica onde há uma abrangência de assuntos relacionados ao interesse dos cidadãos, debatidos dentro de um tempo restrito em que é preciso explanar o máximo de ideias na medida em

que se demarca posição. Nas falas de Marielle nós podemos ver a encarnação dos atores representados através dos chamamentos a uma quantidade expressiva de lutas sociais.

O elemento valorizado nesse trabalho articula sobre discursos/pronunciamentos por compreender que a produção de sentido sobre o mundo social é característica do exercício político, conectado à ação de representar interesses. A investigação dos pronunciamentos como material de diagnóstico tem como ponto de partida a performance do mandato de Marielle e as conexões com os assuntos, perspectivas e pontos de vista da política em si.

Esta monografia entende o mandato da vereadora Marielle Franco e a sua atividade parlamentar como ferramentas essenciais para demarcar o desenho do estudo sobre representação de maneira que os pronunciamentos se estabelecem como uma ação muito importante para os edis quanto para a sociedade. A utilização do plenário é fundamental para a influência e transparência do mandato, as falas da vereadora são resultado dos interesses e perspectivas de quem ela representava.

A categorização dos assuntos debatidos nas falas de Marielle foi com base nos pronunciamentos feitos em sessões ordinárias, totalizando 53 sessões dentro do período de atuação política como vereadora do município do Rio de Janeiro, separados em categorias, de acordo com as formas utilizadas correntemente pela ciência política norte-americana sendo *hard politics*, *middle politics*, *soft politics*.

Hard politics são o núcleo da atividade política, especialmente o exercício do poder do Estado e o gerenciamento da economia; soft politics são temas voltados para o social; middle politics, temas que podem ter uma abordagem mista, como previdência social que implica questões com os pensionistas e com as contas públicas (adaptado de MIGUEL; FEITOSA, 2009). Atores sociais e políticos foram considerados relevantes, diferente da categorização de Miguel que os considera irrelevantes.

A adaptação desse modelo de análise leva em consideração os assuntos de maior importância abordados no dia a dia da realidade carioca e tenta ilustrar como a divisão sexual de trabalho político influencia a atividade política (MARQUES, 2018).

Quadro 3 - Relação de Categorias dos Discursos

<i>Hard Politics</i>
Corrupção, sonegação de impostos e crimes contra a ordem econômica Infraestrutura (transportes, desenvolvimento urbano, habitação, telecomunicações etc.) Política brasileira Violência e segurança pública (incluindo reforma do código penal e trânsito)
<i>Soft Politics</i>
Saúde pública e saneamento Direitos humanos (família, direitos reprodutivos, infância, adolescência, etc) Questões sociais (pobreza, desigualdade, desemprego, meio ambiente, fome) Educação Homenagens e comemorações em geral Questões religiosas
<i>Middle Politics</i>
Emprego, trabalho e formação profissional Previdência social Políticas públicas

Foram analisadas 53 sessões ordinárias, com os pronunciamentos da parlamentar em plenário configurando o total de falas que Marielle teve durante o seu mandato, que durou até março de 2018, mês em que foi assassinada. Do total de discursos a maioria se encontra na categoria de soft politics, totalizando 27; em segundo lugar o tema de hard politics se dá em 19 sessões ordinárias e restando a categoria soft politics em 7 sessões.

Quadro 4 - Categorização dos Discursos

Assuntos	Nº de pronunciamentos	Total
<i>Hard Politics</i>		19
Corrupção, sonegação de impostos e crimes contra a ordem econômica	5	
Infraestrutura (transportes, desenvolvimento urbano, habitação, telecomunicações etc.)	3	
Política brasileira	4	
Violência e segurança pública (incluindo reforma do código penal e trânsito)	7	
<i>Middle Politics</i>		7
Previdência social	2	
Políticas públicas	1	
Emprego, trabalho e formação profissional	4	
<i>Soft Politics</i>		27
Direitos humanos (família, direitos reprodutivos, infância, adolescência, etc)	19	
Educação	1	
Saúde pública e saneamento	1	
Questões religiosas	1	
Homenagens e comemorações em geral	1	
Questões sociais (pobreza, desigualdade, desemprego, meio ambiente, fome)	4	

Podemos ver no quadro 4 como Marielle se dedicava com afinco às pautas da militância que vem desde a época do pré-vestibular da Maré. Dentre os temas de *soft politics* o que mais marcou foi a garra com que ela desafiava o status quo ao inquirir

aos colegas respeito, porque afinal ela tinha que sempre debater a questão de gênero, porque fugia à regra para aquele espaço uma mulher negra, alta, que usava turbantes ou penteados afro em uma provocação na medida em que há todo um processo histórico de que a mulher está reservada para o espaço privado e de que é questionada pela roupa, algo que não acontecia com os vereadores do sexo masculino.

Entre os temas categorizados como *soft politics* aparecem os direitos reprodutivos que está diretamente ligado com as mulheres negras e a questão da violência obstétrica; questões sobre a infância como encarceramento de jovens negros, gravidez precoce; questões de saúde pública atendimento à mulheres vítimas de violência doméstica, mais equipamentos públicos que forneçam estrutura para partos normais.

Cláudia foi assassinada e arrastada por policiais militares no Morro da Congonhas; Jandira foi morta em decorrência de um aborto clandestino; Eloá, uma menina, perdeu a vida; Elisa, sumida; Dona Penha, violentamente retirada da sua casa, exatamente há um ano, no dia 8 de março de 2016, quando, infelizmente, a prefeitura mandou remover da Vila Autódromo uma das maiores lideranças que a Vila Autódromo já produziu.

Temas como homofobia, lesbofobia, igualdade de gênero, transfobia foram bastante citados nos temas de *soft politics*. Aparecem também honrarias e medalhas para interromper o processo de apagamento dos negros na história da construção e desenvolvimento da nação brasileira.

Fiz questão de me inscrever para garantir a leitura de uma carta importante para os movimentos da causa. Ocorreu com um amigo, mas casos individuais de agressões a pessoas homossexuais acabam se transformando em casos coletivos.

“Na noite da última quinta feira, 16 de março, estávamos eu e Pedro nos despedindo com um beijo na Avenida Nossa Senhora de Fátima, próximo a Riachuelo. Pessoas próximas se incomodaram e começaram a nos agredir verbalmente com os gritos de ‘viado’ e ‘casal de demônios se beijando’.

A principio não reagimos. Em seguida, um taxista que faz ponto na região se aproximou e abriu as janelas do carro ameaçando que caso não saíssemos dali naquele instante, ele iria nos dar uma surra com pedaço de pau. Ao escutar nossa reação dizendo sim da nossa orientação sexual e que não fazíamos reforçou as ameaças e começou a nos empurrar. Diante da nossa resistência em deixar o local, outros homens se juntaram ao taxista, e as agressões verbais continuaram e iniciaram a nos agredir fisicamente. Um dos chutes acertou no peito e outro o baço do Pedro.

Continuamos insistindo que não estávamos fazendo nada de errado. Duas funcionárias da pizzaria localizada na esquina das ruas já citadas também se juntaram ao grupo. Nesse momento, eram, pelo menos, sete agressores. Eles gritavam que, diferente das manifestações de afeto entre homem e mulher, o

que fazíamos não era o normal, e que o bairro de Fátima era um local de família e que havia crianças vendo aquela anormalidade.

Marielle trazia a vivência das ruas para o plenário, contando casos de violência para que os colegas que não fazem parte daquela realidade possam se chocar com um Rio de Janeiro que a grande mídia não mostra e que sofre um apagamento em razão da marginalidade com que são tratadas essas questões.

Dentre os assuntos classificados como *middle politics* estão a questão previdenciária, o cuidado para a garantia de uma aposentadoria digna, garantindo um direito previsto na Constituição Federal de 1988; a questão do emprego para moradores da favela que sofrem discriminação no momento da contratação; temas como educação também são bastante frisados nos pronunciamentos.

Para os temas categorizados como *hard politics* a segurança pública é um tema bastante debatido pela parlamentar em suas explanações no púlpito do plenário, em que expunha a violência diária com que o favelado sofre e as decisões arbitrárias que são tomadas em detrimento das necessidades reais da população:

A última denúncia que recebemos no Alemão, por exemplo, foi da construção de um muro, em um beco, e os policiais disseram que os moradores procurassem outra via de acesso. Como assim? Os meus pais, fundamentalmente o meu pai – que foi nascido e criado na Tamarineira com a Rua Oliveira, que tem um beco... É impensável a gente imaginar que um daqueles becos poderia ser fechado por uma ação da polícia. Sim, a gente sabe do varejo da droga. Sim, a gente sabe do armamento, mas na Favela da Maré a gente não constrói armas, não. Pensar o quanto os moradores são vítimas é responsabilidade pública, e esse tema precisa ser pautado.¹³

A vereadora tinha como estratégia abordar o maior número possível de assuntos quando se manifestava nas sessões, o que dificultou em classificar os pronunciamentos, ela alimentava o debate trazendo a experiência da favela para aquele local historicamente branco, masculino e elitizado. No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, Marielle conseguiu explicar várias questões em um só pronunciamento:

Neste dia 8 de março, ocupando uma das apenas sete cadeiras aqui do Parlamento Municipal, precisamos sempre nos perguntar: o que é ser

¹³ Disponível em <camara.rj.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2019.

mulher? O que cada uma de nós já deixou de fazer ou fez com algum nível de dificuldade pela identidade de gênero, pelo fato de ser mulher? A pergunta não é retórica, ela é objetiva, é para refletirmos no dia a dia, no passo a passo de todas as mulheres, no conjunto da maioria da população, como se costuma falar, que infelizmente é sub-representada.

Este 8 de março é um março histórico, um março em que falamos de flores, lutas e resistências, mas um março que não começa agora e muito menos é apenas um mês para pautar a centralidade da luta das mulheres. A luta por uma vida digna, a luta pelos direitos humanos, a luta pelo direito à vida das mulheres precisa ser lembrada, e não é de hoje, é de séculos, inclusive com origem em séculos passados, quando nas greves e manifestações, principalmente as russas, no período pré-revolucionário, mulheres lutaram com firmeza, lutaram pelos direitos trabalhistas.

Eu fico muito à vontade porque esta Tribuna, este lugar legítimo, que não ocupamos só no 8 de março, é onde podemos falar contra as reformas da Previdência, onde podemos falar sobre a nossa posição em oposição ao Governo Marcelo Crivella, onde podemos falar sobre o processo da intervenção federal. E ocupar este dia no Grande Expediente, na luta por direitos, vem reforçar o simbólico e o objetivo da luta das mulheres.

Mas a luta das mulheres começa, como falei, lá atrás, na revolução em que comemoramos, lutamos e reverenciamos, em 2017, um século da luta das mulheres indígenas por demarcação; da luta das irmãs mulheres negras, que vieram antes de nós, que resistiram a tamanho absurdo que foi o período da escravidão; da luta pelo fim de toda forma de opressão, que se reflete no racismo, na misoginia, na luta contra o patriarcado. Assim, seguimos lutando[...]. Inclusive neste momento em que a democracia se coloca frágil, quando se questiona se vai ter processo eleitoral ou não, quando vemos todos os escândalos com relação ao Parlamento, falar das mulheres que lutam por outra forma de fazer política no processo democrático é fundamental [...] Onde estão as vagas apresentadas pelo Prefeito Marcelo Crivella, que seriam ampliadas na creche? Onde estão as educadoras e os educadores aprovados em concurso que ainda não foram chamados? Como ficam as crianças que, nesse período de intervenção [...] As mulheres, quando saem às ruas, na manifestação, do 8 de março, daqui a pouco na Candelária, fazem porque, entre 83 países, o Brasil é o sétimo mais violento. Volto a repetir, dados da Organização Mundial da Saúde. Esse quadro segue piorando, aumentando 6,5 % no último ano. Por dia, são 12 mulheres assassinadas no Brasil. O último dado que temos no Estado do Rio de Janeiro é de 13 estupros por dia. Essa é a relação com a violência contra as mulheres! [...] Nós somos violadas e violentadas há muito tempo, em muitos momentos. Nesse período, por exemplo, em que a intervenção federal se concretiza na intervenção militar, eu quero saber como ficam as mães e os familiares das crianças revistadas. Como ficam as médicas que não podem trabalhar nos postos de saúde? Como ficam as mulheres que não têm acesso à cidade? Essas mulheres são muitas. São mulheres negras, lésbicas, trans e camponesas. São mulheres que constroem esta Cidade onde diversos relatórios, queiram os senhores ou não, apresentam a centralidade e a força delas, mas apresentam também os números.

O "The Intercept" publicou o dossiê de lesbocídio. No ano de 2017, houve uma lésbica assassinada por semana. Lesbocídio é um conceito que as mulheres lésbicas estão cunhando, assim como nós avançamos no debate com relação ao homicídio praticado contra mulheres, que se constituiu no feminicídio. Esses dados mostram a realidade absurda que, sim, vitima a nossa diversidade.

As mulheres negras, por exemplo, quando passam na rua, ainda ouvem homens que têm a ousadia de falar do quadril largo, das nádegas grandes, do corpo, como se a gente estivesse no período de escravidão. Não estamos, querido! Nós estamos no processo democrático! Vai ter que aturar mulher negra, trans, lésbica, ocupando a diversidade dos espaços.

Para quem gosta do porte de armas, por exemplo, que faz alusão a militarismo e tem a audácia de vir querer gritar, no processo da república democrática, hoje, nós rejeitamos nesta Casa o que poderia ser processo de armamento. Outros municípios negaram. Não tem eco. Nem a Polícia Militar hoje está preparada para utilizar armas de fogo [...] Em tempo de violência e de negação de direito, ter mais armas vai ser uma retirada de direitos. A saída é ter condições dignas de trabalho para esses trabalhadores e trabalhadoras. É por essas e outras, vários motivos, que a gente defende, sim, a presença de mais mulheres [...] O movimento que nós fizemos por mais mulheres nos espaços de decisão é para que as políticas públicas entendam o porquê de um vagão necessário em tempos de assédio. É para que nós possamos falar de mobilidade a partir da perspectiva de gênero. É para que a gente possa falar de economia solidária.

Saúdo a presença da Edjane, da Cristina, da Juliana, da Simone, das mulheres que aqui estão, da Renata Stuart; enfim, do meu corpo de assessoria – das mulheres que constroem este mandato e que elaboram essa política com afeto. O mandato é composto 80% de mulheres, porque a gente entende que o lema “Uma mulher sobe e puxa a outra” precisa ser concretizado.

Uma escritora de que gosto muito, Chimamanda, fala que isso só vai ser alterado se as mulheres que estão no espaço de poder de fato trouxerem, derem o pé, abraçarem, acolherem, construírem com outras mulheres.

Se este Parlamento é formado apenas por 10%, 13% de mulheres, nós somos a maioria nas ruas. E sendo a maioria nas ruas, somos a força exigindo a dignidade e o respeito das identidades. Infelizmente, o que está colocado aí nos vitima ainda mais [...] Pra encerrar, gostaria de reforçar e dizer das mulheres negras que são nossas referências. Quero citar Audre Lorde, mulher negra, lésbica, escritora de origem caribenha, mas dos Estados Unidos. Feminista e ativista pelos direitos civis. “Eu não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas. Por isso, nós vamos juntas, lutando contra toda forma de opressão”.

Há uma diversidade de lutas na pauta pela vida das mulheres, na pauta pela legalização do aborto, na pauta pela luta das maternidades, na cultura, no empreendedorismo, pelas mulheres da Zona Oeste. E acho que é fundamental agradecer, neste final, nominalmente a: Elaine, Júlia, Vitória, Mônica, Fernanda, Fabíola, Mariana, Lana, Rossana, Priscila, Renata, Iara, Bruna, Rogéria, Natália e Luna. Às mulheres que constroem esta história, que estão junto comigo. Vamos que vamos!¹⁴

Na Câmara Municipal presidiu a Comissão de Defesa da Mulher e integrou uma comissão feita para monitorar a intervenção federal no Rio de Janeiro, sendo nomeada em 28 de fevereiro relatora (presidente) desta comissão.

Marielle no 8 de março: “As rosas da resistência nascem no asfalto, a gente recebe rosas, mas a gente vai tá (sic) com o punho cerrado também, falando do nosso lugar de vida e resistência, dos mandos e desmandos que afetam as nossas vidas”.

¹⁴ Todos os pronunciamentos se encontram disponível no site da Câmara Municipal do Rio de Janeiro <<http://www.camara.rj.gov.br/>>

Marielle inovou a forma de fazer política, sempre em conjunto, com a base a partir da necessidade das pessoas, construída com as pessoas, além dela ser uma mulher negra no poder, ela carregava a bandeira da mulher negra de fato: enfrentando, lutando e colocando mulheres negras dentro da Câmara, tanto como assessoras, levando-as para o gabinete, convidando para discutir os problemas. Ela projetava os direitos humanos no seu mandato, realizava muitos encontros dentro da Câmara de Vereadores como a visita da Conceição Evaristo, escritora negra.

A partir da Marielle o povo começou a entender, o que trouxe ânsia para outras mulheres negras quererem ocupar esse espaço de poder. Em seu último discurso da Câmara do Rio ela disse: 'Vai ter que aturar mulher negra, trans, lésbica, ocupando a diversidade dos espaços' nesse desabafo ao ter sua fala interrompida no plenário é evidenciado na frase a interessecionalidade entre gênero, raça e territorialidade.

3.3 O LEGADO DE MARIELLE FRANCISCO DA SILVA

O assassinato da vereadora carioca do PSOL fez com que potencializasse novas candidaturas de mais mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro como também influenciou de maneira geral toda a política brasileira e ganhou repercussão internacional. A data da morte, - 14 de março entrou no calendário oficial da cidade como o Dia Marielle Franco – Dia de Luta contra o genocídio da Mulher Negra, mesmo dia do nascimento de Carolina Maria de Jesus, escritora, negra e favelada, que foi traduzida para dezenas de idiomas e tem sua leitura como obrigatória para os vestibulares (BUCHMANN, 2019).

Talíria Petrone (PSOL), eleita deputada federal; Mônica Francisco, nome forte da igreja evangélica progressista; e Renata Souza, chefe de gabinete de Marielle, ambas eleitas para a Assembleia Legislativa do Rio pelo PSOL; além de Jaqueline Gomes de Jesus (PT), professora que combina pautas de transfobia e políticas afirmativas; Rose Cipriano (PSOL), professora e moradora da Baixada Fluminense; e Tainá de Paula (PCdoB), que teve campanha pautada na luta por habitação popular. As três últimas concorreram ao cargo de deputadas estaduais, mas não se elegeram (AMIN, 2019).

Marielle Francisco da Silva fez com que a representatividade dela na Câmara mudasse o cenário da política pois consolidou a ideia da representatividade como

elemento essencial para efetivação das políticas públicas e projetos de leis. Incentivou outras mulheres a mudar a configuração dos perfis que ocupam os espaços de poder.

Ao todo foram lançadas 141 novas candidaturas de mulheres negras a deputada estadual no Rio de Janeiro, resultando em seis eleitas, um número aparentemente pequeno, mas que aponta uma guinada na representatividade. Dani Monteiro, deputada estadual com 27.982 votos; Mônica Francisco, deputada estadual com 40.631 votos; Renata Souza, deputada estadual com 63.937 votos; Talíria Petrone, eleita deputada federal, com 107.317 votos.

No dia dois de maio de 2018 a bancada de Marielle conseguiu aprovar cinco dos sete projetos de autoria dela, Eliomar Coelho, deputado estadual pelo PSOL fluminense, pontua:

Ela se torna vereadora e de repente tem uma liderança assumida muito em cima dos temas que ela defendia, com muita garra e marra. A questão do feminismo, do racismo, do LGBT, do indígena, que são segmentos vulneráveis da sociedade. Isso é um verdadeiro elenco. Uma coisa é defender os negros, ou mulheres, ou indígenas... Agora você defender tudo? Tudo! Não é à toa que a execução dela se transformou, nesse país e fora também, em uma verdadeira comoção [...] ela se tornou uma liderança em uma rapidez extraordinária. Ela ainda não tinha completado um mandato e já tinha esse poder de intervir em relação a esses temas trazendo para dentro da política, fazendo com que a política começasse a enxergar esses temas (CRUZ, 2018).

O assassinato de Marielle é paradigmático pois atinge a ideia de democracia como um espaço de composição de novas possibilidades, para uma efetiva democracia depende a participação política das mulheres para efetivação do fazer democrático, sem que haja violência para com as mulheres que constroem um outro modo de fazer política, a partir da vivência, do cotidiano da favela.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado da monografia foi possível verificar que a maioria dos pronunciamentos nas sessões em que Marielle falou foi de caráter social. Pudemos verificar que a perspectiva política dada a atividade parlamentar da vereadora foi positiva em favor do número de sessões no qual ela participou ativamente.

A parlamentar não se calou perante os desafios enfrentados durante o mandato e nem quando sofreu ameaças, mesmo com seu assassinato sua voz não se calou, mas se multiplicou com as candidaturas de mulheres negras que surgiram a partir do mandato de Marielle.

A associação que se dá entre mulheres e a vida doméstica mostrou que na política a mulher produz muito e não se furta aos desígnios do ambiente político cerceado de homens e longe da perspectiva.

Verificou-se a prioridade dada à soft politics em razão da atividade militante da qual Marielle fazia parte antes mesmo de entrar na política oficial, tendo como pautas a questão de gênero e o direito à favela como principais causas.

Evidenciou-se, assim, a associação entre privilegiar determinados temas em detrimento de outros na atuação parlamentar para sanar os problemas referentes à comunidade na qual Marielle viveu a maior parte da vida.

A presença de mulheres no plenário ainda é de difícil aceitação e ainda mais uma mulher negra, pertencente à favela e que não tinha receio de sempre citar as origens, como maneira de afirmar sua identidade.

É necessário implementar políticas voltadas para sensibilizar as pessoas, criando mecanismos para combater a discriminação na área da segurança pública para que os jovens negros não fiquem à mercê da polícia nas ruas.

Marielle vive, mas ao mesmo tempo anseia por novas sementes. Os nossos netos vão ler sobre Marielle e sobre a sua forma de fazer política, as pessoas vão começar a fazer uma nova política após a execução.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; von Bülow. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84.

ALMEIDA, Debora Rezende de. **Representação além das Eleições: Repensando as Fronteiras entre Estado e Sociedade**. Paco Editorial: Jundiá, 2015.

AMIN, Júlia. Documentário contará trajetória de seis mulheres negras que entraram para política após morte de Marielle. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, 20 abr. 2019. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/documentario-contara-trajetoria-de-seis-mulheres-negras-que-entraram-para-politica-apos-morte-de-marielle-23610121>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

AVRITZER, L. **A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 383-398, 2012.

BARREIRA, Gabriel. Em mandato na Câmara, Marielle Franco defendeu minorias. **G1 Rio**. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/em-mandato-na-camara-marielle-franco-defendeu-minorias.ghtml>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

BUCHMANN, Duda. Um ano sem Marielle Franco: veja três mulheres negras para jamais esquecer. Memória e luta. GaúchaZH. Grupo RBS. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2019/03/um-ano-sem-marielle-franco-veja-tres-mulheres-negras-para-jamais-esquecer-cjt8yyzvt03bu01uj3nxjb9fe.html>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

CALEJO, Marco. Projeto de Decreto Legislativo é atribuição exclusiva da Câmara. Redação. Câmara Municipal de São Paulo: São Paulo, 2019. Disponível em <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/projeto-de-decreto-legislativo-e-atribuicao-exclusiva-da-camara/>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

CAMPOS, Luiz Augusto; MIGUEL, Luís Felipe. O Oito de Março no Congresso: representações da condição feminina no discurso parlamentar. **cadernos pagu**, n. 31, p. 471-508, 2008.

CARNEIRO, Júlia Dias. Mulher, negra, favelada, Marielle Franco foi de 'cria da Maré' a símbolo de novas lutas políticas no Rio. **BBC Brasil no Rio de Janeiro**, 2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43423055>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil: consciência em debate**. Selo Negro, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASAGRANDE, Mariana; PIMENTEL, Raul. Nascida na Maré e formada na PUC-Rio, Marielle Franco é a 5ª vereadora mais bem votada. **Jornal da PUC**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, 2016. Disponível em <<http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4934&sid=47>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

CASTRO, Nadya Araujo; BARRETO, Vanda S. Trabalho e desigualdades raciais: hipóteses desafiantes e realidades por interpretar. **Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador**, p. 22-40, 1998.

CENSO Populacional da Maré / Redes da Maré. – Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019.

CRUZ, Maria Tereza. Como as lutas de Marielle seguem vivas na arena política. **El País**, 5 mai. 2018. Ponte Jornalismo. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/05/politica/1525524423_208097.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

DAGNINO, Evelina. Cultura, Cidadania e Democracia: a Transformação dos Discursos e Práticas na Esquerda Latinoamericana. In S.E Alvarez; E. Dagnino & A. Escobar, eds. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

DAGNINO, Evelina.; OLIVERA, A. J.; PANFICHI, A. 2006. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.;

OLIVERA, A. J.; PANFICHI, A. **Disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Editora Paz e Terra.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos Cebrap**, v. 2, n. 4, p. 11-23, 1984.

FURIOSA. O que são as ondas do feminismo? Entenda um pouco da história do feminismo, e como chegamos até aqui. Em: **QG Feminista**. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/o-que-são-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>>. Acesso em: 25 out. 2018.

GUISSO, Fernando Henrique. Representação Além das Eleições: Repensando as Fronteiras entre Estado e Sociedade. **Teoria e Cultura**, v. 11, n. 1, 2016.

HAHN LÜCHMANN, Lígia Helena. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 43, 2012.

HASENBALG, C. A.; SILVA, N. V. “Raça e oportunidades educacionais no Brasil”. Fundação Carlos Chagas (SP), Cadernos de Pesquisa, n. 73, maio de 1987.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Martins Fontes, 2003.

HOLANDA, Flávio de. **Civipedia**, 2016. Disponível em <<http://civipedia.herokuapp.com/?p=632>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2010. Censo Demográfico de 2010. Microdados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm>. Acesso em: 17 ago. 2016.

LAISNER, Regina. A participação em questão: ponto ou contraponto da representação na teoria democrática?. **Estudos de Sociologia**, v. 14, n. 26, 2009.

LEITE, Hellen; SARAIVA, Jacqueline. Quais são os sete projetos de lei propostos pela vereadora Marielle Franco? Correio Braziliense. 3 mai. 2018. Disponível em <<https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/05/03/interna-brasil,678003/quais-sao-os-projetos-de-lei-propostos-pela-vereadora-marielle-franco.shtml>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

MADURO, Lidice Aparecida Pontes. O Poder Legislativo no município do Rio de Janeiro: atividade parlamentar. **Revista de Ciência Política**, v. 30, n. 2, p. 25-58, 1987.

MAGALHÃES, Mário. **Sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018, o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse**. 1 ed. Record: Rio de Janeiro, 2019.

MARIELLE and Monica: the LGBT activists resisting Bolsonaro's Brazil. Direção: Fábio Erdos. Produção: Marina Costa. Londres: **The Guardian**, 28 dez. 2018. 25min10s, son. Color. Legendado. Ing. Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/video/2018/dec/28/marielle-and-monica-the-lgbt-activists-resisting-bolsonaros-brazil-video>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

MARTÍN, María. Os cariocas levam Crivella e Freixo ao segundo turno. **El País**, Rio de Janeiro, 3 out. 2016. Eleições municipais. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/02/politica/1475441898_448070.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

Mapa Étnico-Racial das mulheres na política local brasileira. Confederação Nacional de Municípios. Movimento Mulheres Municipalistas. Brasília, jul. 2018. Disponível em <<https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/3539>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MARQUES, Danusa. Por uma leitura feminista dos estudos legislativos no Brasil. XI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – Democracia e representação: impasses contemporâneos. AT Gênero, Democracia e Políticas Públicas. Curitiba, 31 de julho a 3 de agosto de 2018. Disponível em <<https://cienciapolitica.org.br/index.php/system/files/documentos/eventos/2019/05/po-r-leitura-feminista-dos-estudos-legislativos-brasil-1576.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. **A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo**. Red Dados, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. **Lua Nova**, n. 100, p. 83-119, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 52, n. 1, p. 201-221, 2009.

ODILLA, Fernanda. Em posts e projetos de lei: pelo que lutava Marielle Franco, vereadora assassinada no Rio, BBC Brasil em Londres. 2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43398816>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

OLIVEIRA, Larissa Carraro de. Marielle Franco: um estudo da trajetória feminina no âmbito político brasileiro. 13 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Humanas) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

PORTO, Gabriella. **Democracia Racial**. Disponível em <<https://www.infoescola.com/sociologia/democracia-racial/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

ROCHA, Emerson Ferreira. Negros, brancos e o grupo dos ricos: o outro lado da desigualdade racial brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 52, n. 2, p. 182-195, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
SANTOS, Maria Leticia Leite. O papel da militarização na repressão de ativistas na América Latina. 2018. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018.

SANTOS, Márcio André de Oliveira dos. A Persistência Política dos Movimentos Negros Brasileiros: transformações e novos desafios institucionais. IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association - BRASA. New Orleans, 27 a 29 de março de 2008.

SARAIVA, Jacqueline. Saiba quem era Marielle Franco, vereadora assassinada a tiros no Rio. Jornal Estado de Minas, Portal EM. Minas Gerais, 15 mar. 2018, Política. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/03/15/interna_politica,944288/saiba-quem-era-marielle-franco-vereadora-assassinada-a-tiros-no-rio.shtml>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SILVA, Eduardo Moreira da; PARADIS, Clarisse. Dos protestos às negociações: as rotinas de interação entre Estado e o campo feminista latinoamericano. X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política –. Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016.

SÓ papo: Podcast do Brasil em 5. Episódio 4: Fernanda Melchionna e Marielle Franco. [Locução de] Mariana Prandini Assis e Gustavo Capela. [S. l.]: Brasil em 5, 2016. *Podcast*. Disponível em <<https://soundcloud.com/brasil-em-5/sopapo-podcast-do-brasil-em-5-episodio-4-fernanda-melchionna-e-marielle-franco>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

SOUZA, Cláudio André. A representação política do partido dos trabalhadores (PT): a relação entre os parlamentares e movimentos sociais em Salvador (2005-2010). 123 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2011.

STUDENTS FOR A DEMOCRATIC SOCIETY (US). **The Port Huron Statement**. Students, 1966.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática. **Lua Nova**, v. 67, n. 7, p. 191-228, 2006.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux [en línea]**. Genève: Graduate Institute Publications, 2009.